

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MONUMENTOS DE PAPEL**  
**A POÉTICA DA MORTE NOS NECROLÓGIOS DE MANUEL DE**  
**ARAÚJO PORTO-ALEGRE (1839-1857)**

Linha de pesquisa: Teoria da História e Historiografia

Lucas La Bella Costa

Porto Alegre

2015

**LUCAS LA BELLA COSTA**

**MONUMENTOS DE PAPEL**  
**A POÉTICA DA MORTE NOS NECROLÓGIOS DE MANUEL DE**  
**ARAÚJO PORTO-ALEGRE (1839-1857)**

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História,  
como parte dos requisitos necessários à  
obtenção do título de mestre.  
Orientador: Temístocles Cezar

Porto Alegre  
2015

## CIP - Catalogação na Publicação

La Bella Costa, Lucas  
MONUMENTOS DE PAPEL A POÉTICA DA MORTE NOS  
NECROLÓGIOS DE MANUEL DE ARAÚJO PORTO-ALEGRE (1839-  
1857) / Lucas La Bella Costa. -- 2015.  
89 f.

Orientador: Temístocles Cezar.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2015.

1. historiografia. 2. ritos fúnebres. 3. Manuel  
de Araújo Porto-Alegre. 4. Brasil Império. 5. IHGB.  
I. Cezar, Temístocles, orient. II. Título.

**LUCAS LA BELLA COSTA**

**MONUMENTOS DE PAPEL**  
**A POÉTICA DA MORTE NOS NECROLÓGIOS DE MANUEL DE**  
**ARAÚJO PORTO-ALEGRE (1839-1857)**

Trabalho aprovado. Porto Alegre, 16 de dezembro de 2015:

---

**Orientador: Prof. Dr. Temístocles Cezar**  
UFRGS

---

**Prof. Dr. Benito Schmidt**  
UFRGS

---

**Prof. Dra. Renata Dal Sasso**  
UNIPAMPA

---

**Prof. Dr. Evandro dos Santos**  
UFRN

Porto Alegre  
2015

*Ao meu avô, Cizico,  
A minha irmã, Luísa*

*Tiraram meu homem das ruas  
Outro dia  
(...)  
Uma camiseta do exército  
Soldado raso  
E ele usava uma boina verde  
Caminhava muito ereto  
Era negro e vestia calções marrons  
O cabelo de um loiro apagado  
Nunca incomodava ninguém  
(...)  
Certo dia não o vi mais  
E depois outro se passou.  
Perguntei nas redondezas.  
Meus impostos voltarão  
a subir. o estado precisa lhe dar  
abrigo e comida. os policiais o pegaram  
isso não é  
bom.*

## RESUMO

O presente trabalho aborda as relações entre novas práticas funerárias que começam a surgir no Brasil Imperial e a preocupação memorialística da escrita. A escrita historiográfica e necrológica de Manuel de Araújo Porto-Alegre, presente nos textos publicados na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro entre 1839 e 1857, procuravam responder as inquietudes causadas pela finitude humana, numa tentativa de oferecer tranquilização perante a morte dos outros. Homenageando cidadãos ilustres, beneméritos da Nação e patronos da independência, o autor estudado buscava construir um panteão brasileiro, erigindo seus monumentos na palavra, afirmando o conhecimento histórico e letrado como forma mais legítima e verdadeira de salvaguardar a memória, bem como a vida daqueles considerados como grandes homens. Não bastava encomendar a alma aos céus: com o surgimento das necrópoles cemiteriais e a crescente monumentalidade dos túmulos, resguardar a memória de ilustres falecidos tornava-se uma necessidade evidente e incontornável, fazendo parte da agenda mortuária e cívica.

## **ABSTRACT**

This work discusses the relationship between new funerary practices that are beginning to emerge in Imperial Brazil and the memorialistic concerns of writing. The historiographical and obituary writing of Manuel de Araújo Porto-Alegre, present in the texts published in the journal of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro between 1839 and 1857, tried to answer the concerns caused by human finitude in an attempt to offer reassurance before the death of others. Honoring distinguished citizens, benefactors of the Nation and patrons of independence, the author studied sought to build a Brazilian pantheon, erecting their monuments in the word, affirming the historical and literary knowledge as more legitimate and true way to safeguard memory and the lives of those considered as great men. It was not enough to order the soul to the heavens, with the emergence of cemeterial necropolis and the increasing of the monumentality of the tombs, safeguard the memory of deceased illustrious became an obvious and unavoidable necessity, part of the mortuary and civic agenda.



## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa que me acompanhou durante o mestrado, possibilitando a escrita da presente dissertação. Mais especialmente, agradeço a Temístocles Cezar, orientador de minhas pesquisas há cinco anos, desde os tempos de graduação e Iniciação Científica. A postura crítica, os questionamentos, a ética do pesquisador e do professor são alguns dos ensinamentos que me fazem mais grato.

Aos professores Rivair Macedo e Fábio Kühn devo minhas primeiras experiências com a pesquisa histórica. A análise documental, o escrutínio das fontes e o levantamento bibliográfico foram conseqüências de um aprendizado muito mais amplo, as discussões nas cadeiras e grupos de pesquisa instigaram grande parte das questões que pautam minha escrita e foram nestes primeiros esforços que percebi o que significava o ofício historiador na prática. Ao professor Benito Bisso Schmidt devo o primeiro contato com a teoria da história. As problematizações quanto à subjetividade, das formas de escrever e conceituar a história, foram suscitadas a partir da cadeira ministrada pelo professor no primeiro semestre. Agradeço ao professor Fernando Nicolazzi pelas contribuições e críticas extremamente precisas e frutíferas que dirigira à primeira versão desta dissertação, no momento da qualificação.

Agradeço aos meus colegas de grupo de pesquisa e orientação: Rodrigo Bonaldo, Marina Araújo, Luciana Boeira, Eliete Tirburski, Evandro Santos. Agradeço, também, à professora Renata dal Sasso, cuja cadeira ministrada na pós trouxe das contribuições mais inovadoras, responsáveis por ampliar os horizontes dos questionamentos da escrita nas relações entre a história e a literatura, bem como as incomensuráveis questões de gênero que foram suscitadas.

Gustavo Ferreira e Silva e Rafael Dornelles Alves, amigos para a vida toda, inquestionáveis no seu apoio e lealdade. Eduardo Peruzzo, Pedro Meirelles, Mathias Scherer, Mariana Fajardo, Vinícius D'Ávila, Elliot Scaramal, Felipe Barbosa, pessoas com quem sempre pude contar e sempre me inspiraram o melhor.

Yasmine Mazzoni Jalmusny, por todos os incentivos e compreensão, por me ajudar nos momentos mais críticos da escrita, por me fazer sentir algo que já acreditava não existir. Às minhas irmãs, Mariana e Luísa, por serem sempre minha luz, por me darem motivos para sempre

querer ser melhor e menos mesquinho, por me alegrarem e significarem tudo pra mim. Aos meus pais, o maior dos agradecimentos, aquele que mal pode ser expressado e dificilmente chega ao nível que realmente merecem ser homenageados. Todos os sacrifícios, os cuidados, o zelo pela melhor das educações possíveis, o incentivo a leitura, ao humanismo, à respeitar os outros e ter empatia. Nada disso seria possível ou teria significado algum sem vocês.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>12</b>
<b>1. Manuel de Araújo Porto-Alegre nas entrelinhas da corte imperial.....</b>	<b>25</b>
1.1. Confederação de letrados: escritores engajados e polemistas.....	26
1.2. Intelectuais do Estado e da Nação: funcionários públicos?.....	38
<b>2. As escritas da memória: o necrológio entre a biografia e a História.....</b>	<b>44</b>
2.1 A escrita da vida e da morte.....	45
2.2 A eloquência dos mortos.....	54
<b>3. As escritas da imortalidade: velar, sepultar, erigir.....</b>	<b>63</b>
3.1. Monumentos de papel: a escrita imortal, a exemplaridade e os beneméritos.....	65
3.2 Necrológio e historiografia: velar e sepultar.....	73
<b>4. Considerações finais.....</b>	<b>81</b>
<b>5. Referências Bibliográficas.....</b>	<b>84</b>

## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

*“(...) é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível. Assim como no interior do agonizante desfila inúmeras imagens – visões de si mesmo, nas quais ele se havia encontrado sem se dar conta disso -, assim o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer” (Walter Benjamin – O narrador)*

19 de abril de 1848. O corpo de Saturnino de Sousa Oliveira Coutinho jazia deitado no caixão. Estendido em sua última morada, era velado sob a presença de oito sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O ministro da justiça (ex-presidente da província do Rio Grande do Sul) falecera aos 44 anos e fora sepultado após a leitura do discurso escrito por Manuel de Araújo Porto-Alegre, ausente da cerimônia por encontrar-se doente. Sua morte era um terrível golpe deferido sobre o infeliz e melancólico Brasil, sua eterna ausência, um castigo tremendo – segundo as palavras do orador.

”O conselheiro [...] desapareceu para sempre da lista dos vivos: uma grande orfandade na administração, na sociedade e nas letras nos deixa a sua morte: são raros, nas épocas críticas, nas épocas de transições: os homens da sua tempera [...].

Do dia em que este distinto brasileiro abriu seus olhos ao sol da pátria, (...), até a hora funesta em que os fechou para sempre, a sua vida, a sua passagem na terra, foi selado com o cunho de um triunfo progressivo, vitoriosa pela sua alta inteligência e coroado pelo amor e amizade que ele tão nobremente soube conquistar

O amor da pátria, que é o amor da glória, a ambição de um nome puro, foram o constante escopo de suas aspirações; estas nobres qualidades tão raras neste nosso país... tenho pejo de prosseguir, para que não veja, ao sair deste recinto da morte, o desdém e o desprezo estampado na face de um homem que me diga: és um louco, um estouvado sonhador: aquilo que tu, e outros como tu, costumam chamar a esteira do egoísmo, não é mais que o sublime caráter deste século de luzes: come e bebe da tua fé, e lega a teus filhos essa esperança fútil que te encobrem as sombras do futuro.”<sup>2</sup>

<sup>1</sup> A escrita original é preservada nas citações de fontes e documentos do século XIX. O título de Barão de Santo Ângelo, auferido a Porto-Alegre somente em 1874, é utilizado durante o texto para evitar a repetição excessiva do nome do autor estudado, mesmo o título tendo sido dado somente num período posterior ao aqui estudado.

<sup>2</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Elogio histórico geral dos membros falecidos, pelo Orador do Instituto o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre*. Tomo XI, 1848, p. 150-1854 (citação p. 394)

Porto-Alegre lamenta a perda sofrida pela pátria, privada de um membro ilustre, um competente político que assentava seu sucesso na inteligência. O orador também perdera um irmão de crença, alguém que acreditava na *esperança fútil encoberta pela sombra do futuro*: o progresso. Uma cerimônia religiosa na qual a fé conclamada pelo orador não era uma profissão cristã, mas sim a crença de que um melhor futuro terreno poderia ser alcançado através dos ritos e práticas civilizacionais, num caminho gradual à perfectibilidade que seria construído por homens como Saturnino.

Responsável por escrever necrológios em homenagem aos sócios falecidos e homens considerados ilustres pelas contribuições em prol da Nação, Porto-Alegre traçava narrativas que exaltavam os feitos dos retratados com a pretensão de inseri-los num panteão nacional que servisse de inspiração aos jovens cidadãos. Acreditava que a criação de uma coesão nacional passava pelas mãos e penas dos letrados brasileiros, que contribuíam com um projeto que visava instituir e consolidar a unidade do território recém emancipado de Portugal<sup>3</sup>. Aqueles que se encontravam vinculados ao Estado por cargos, empregos, trocas de favores e algumas formas de mecenato tendiam a demonstrar maiores esforços ao inserir sua produção dentro deste processo. A pretensão de estabelecer cultos cívicos e fixar a evocação memorialista dos beneméritos também se encontra dentro deste quadro, mas envolve questões que vão além de suas intencionalidades práticas, como seu caráter moral e até mesmo cultural, enraizado no neoclassicismo.

A morte, o ponto final da trajetória descrita por uma vida, é um momento de celebração do progresso e cria um compromisso de narrar aquele que dedicou sua vida à Nação e a esta nova fé, ainda tão questionada. O problema de pesquisa elaborado no presente trabalho visa inquirir quais relações entre a escrita da história e as atitudes coletivas perante a morte influenciaram a produção historiográfica de Manuel de Araújo Porto-Alegre enquanto orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Há uma concomitância temporal entre os escritos do autor estudado e o processo de substituição da *morte barroca*<sup>4</sup> por novas práticas fúnebres e de

---

<sup>3</sup> Quanto o papel da historiografia oitocentista na construção do Estado Nacional ver GUIMARÃES, M. L. S. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011 e RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

<sup>4</sup> Morte barroca definida pela sepultura eclesiástica, pelo testamento que visa perdoar e se desculpar de faltas da alma e pela preocupação com a morte antes que esta chegue. Para uma definição geral, ver VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1991 e no caso brasileiro, mais especificamente no Rio de Janeiro, RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

sepultamento, que incluíam outros ritos (tanto laicos quanto religiosos), a construção de cemitérios, a preocupação memorialística, a proliferação de monumentos e uma atitude romântica perante a morte<sup>5</sup> que se manifestaram intensamente no século XIX europeu e brasileiro, gerando novas práticas e sensibilidades, além de terem sido tomadas como matéria prima para metáforas que o futuro Barão de Santo Ângelo cunhara acerca das obrigações cívicas do historiador perante seu ofício.

Frente às afirmações que se aparentam iguais às de séculos passados, surgem novas significações: a Nação, a necrópole, a república das letras. As ideias sobre a morte, as práticas funerárias, seus simbolismos, a atitude social do(s) homem(s) perante sua condição transitória, possuem uma historicidade que por vezes não se apresenta de todo evidente – ao menos não tanto quanto a escalada ou redução dos óbitos em relação à natalidade, ao nível demográfico da questão<sup>6</sup>. Há um interesse acadêmico recente que ilumina a profunda diferença e as diversas mudanças vivenciadas por este objeto particular que começa a enfraquecer a visão do senso comum da morte enquanto fato puramente biológico e ao mesmo tempo assunto tabu, a ser evitado e intencionalmente escondido<sup>7</sup>.

A historiografia e o conhecimento histórico também já estiveram sujeitos a julgamentos sumários que lhes furtavam a historicidade, sendo dotados de sua complexidade e de seu caráter histórico através da crítica e de reflexões filosófico-metodológicas num primeiro momento, para posteriormente serem abordados pela teoria e história da historiografia. O presente trabalho visa contribuir na reiteração destes dois objetos históricos – a historiografia e as atitudes coletivas perante a morte - além de intencional estudá-los sob o prisma de suas relações mútuas, integrados. A relação entre conhecimento histórico e as idéias coletivas perante a morte são conhecidas através de formulações célebres, passagens rápidas de alguns historiadores ou digressões de caráter mais filosófico que propriamente teórico epistemológico, carecendo de

---

<sup>5</sup> Morte “admirável por sua beleza”, de temas literários, que cumpre os protocolos da assistência ao moribundo e o luto com espontaneidade e gestos de verdadeira paixão. Estaria ligada ao novo momento cemiterial, da construção de necrópoles. ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. Pg. 68.

<sup>6</sup> Esta última mais evidente enquanto dado bruto, fator propriamente estatístico e demográfico, mas nem sempre analisado sob uma perspectiva que contemple a complexidade de sua relação com manifestações culturais e artísticas.

<sup>7</sup> A morte enquanto tabu é uma manifestação cultural recente, própria do século XX, a qual tende a ser naturalizado e projetado ao passado, criando uma falsa acepção a qual considera este interdito silencioso como universal e atemporal, próprio da humanidade em quaisquer condições. ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012, p. 84.

maior reflexão acerca dos processos sociais e da temporalidade própria destas ideias e suas intersecções.

O descanso eterno almejado à alma característico até o século XVIII europeu e XIX brasileiro era o enterro *ad sanctos*<sup>8</sup>, no território sagrado da igreja, seja seu pátio ou no interior da edificação. Questões inicialmente sanitárias suscitaram a criação de cemitérios extramuros, afastados do perímetro urbano. Há um rechaço inicial aos mortos e sua putrefação, visível e infecciosa nos centros urbanos cujo crescimento populacional causara uma superpopulação mortuária – um *dead-boom*.

A biografia enquanto gênero histórico era proeminente no século XIX brasileiro e por tal motivo tornara-se foco de alguns estudos historiográficos<sup>9</sup>. O enfoque, como que condicionado pelo significado semântico da palavra, assenta-se na vida, sendo ela a base para a análise, construção de conceitos explicativos e metáforas. Durante o Oitocentos os biografados eram os mortos, a escrita de *vidas*<sup>10</sup> era reservada aos que já se encontravam sepultados abaixo da terra. É necessário inserir a biografia na morte, historicizando sua escrita enquanto *operação* que remete a problemas práticos e simbólicos, pretendendo responder anseios sociais e culturais. Michel de Certeau afirma que a conjugação da história com o ausente “torna manifesta a condição do discurso: uma morte”<sup>11</sup>, a qual estabelecia a teleologia biográfica, o ponto final definidor da trajetória, constituinte do sentido que perpassa uma narrativa constituída a partir do falecimento de sua personagem.

Dotados de seu caráter temporal, a construção de cemitérios, a relação com os mortos, sua ascensão a objeto de culto cívico e literário, qualificam-se como objetos históricos que necessitam de maiores estudos que tentem compreender suas significações para além da vulgar naturalização dos costumes e práticas que lhes cercam. O peso que estes processos exerceram

---

<sup>8</sup> Uma das maiores recorrências na bibliografia referente à História da morte marca esta transição do século XVIII para o XIX, remetendo sempre aos estudos iniciais presentes nas obras de VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1991 e ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

<sup>9</sup> Quando não como gênero propriamente, havia uma “centralidade concedida à figura dos grandes personagens em detrimento da apreensão dos processos históricos gerais, traço notória da historiografia brasileira no Oitocentos, seria também um de seus aspectos mais controversos” OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 109.

<sup>10</sup> *Vidas* seria referente à obra de Giorgio Vasari, mas no Brasil também teria forte influência de Plutarco. A utilização do referido gênero foi objeto de estudo de GOMES JR, Guilherme S. G. *Vidas de artistas: Portugal e Brasil*. In: Revista Brasileira de Ciências sociais. Vol 22, no.64. São Paulo: Junho, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092007000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200003). Acesso em: 06 Jul. 2011.

<sup>11</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. Pg 57.

sobre a historiografia da época manifesta sua crucialidade enquanto fator de coesão do tecido urbano durante o Oitocentos, carente de legitimações pela crescente insuficiência, quando não abandono, do discurso e práticas religiosas na manutenção da cosmologia social. O século XIX brasileiro, bem como o romantismo de forma geral, não é marcadamente ateu, muito menos anti-religioso, mas já demonstram princípios - extremamente tímidos - de secularização.

Em uma sociedade progressivamente laica, o problema das formas de perpetuação da memória ganhava contornos dramáticos. Os mesmos letrados, muitos dos quais oriundos de famílias não-nobilitadas, que se afastavam da fé cega na vida eterna garantida pela religião – agora submetida ao escrutínio da crítica – precisavam desesperadamente buscar mecanismos alternativos de “sobrevivência”.<sup>12</sup>

Beneméritos, frutos de uma visão de *homem ilustre* possível de ser formulada somente após a Revolução Francesa, quando “(...) o tempo faria sua entrada na história, ou a história, ela mesma, tenderia a se transformar em tempo. Os grandes homens querem acelerar a história: eles são seus parteiros”<sup>13</sup>. Literatos brasileiros que se viam não somente construindo a Nação, mas dando-lhe vida, impulsionando a civilização e forçando o tempo a progredir através de seus atos, mas também das letras que suas penas grafavam, fazendo do papel um suporte de criação muito mais que literária.

Manuel de Araújo Porto-Alegre, nascido em 1806 na cidade de Rio Pardo, no então Rio Grande de São Pedro, teve sua carreira e trajetória construídas na capital imperial. Coursou a Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), onde se tornou discípulo e amigo de Jean-Baptiste Debret, professor que o levou à França para que terminasse seus estudos com Antoine-Jean Gros. Conheceu Gonçalves de Magalhães e Francisco de Sales Torres Homem, os três frequentadores do *Institut Historique de Paris*. Retorna ao Rio de Janeiro em 1837 onde passa a atuar enquanto professor de pintura histórica da AIBA até 1848, possuindo outra passagem pela instituição entre 1854-57, quando exercendo o cargo de diretor planeja uma reforma arquitetônica e curricular. Enquanto sócio do IHGB contribuiu com dois textos de historiografia da arte brasileira considerados precursores dessa área, além dos necrológios escritos quando orador do Instituto entre 1844 e 1857. A partir de 1859 desempenha a função de cônsul brasileiro em Berlim, Dresden e Lisboa, cidade em que falecera no ano 1879. Fora neste último período que se dedicara

<sup>12</sup> ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese (doutorado). PUC-Rio, Rio de Janeiro, abril de 2003.

<sup>13</sup> HARTOG, Apud OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2011. (citação p. 18).



ao teatro e à poesia mais intensamente, escrevendo poemas épicos e peças, além de pesquisar a história das artes cênicas em Portugal.

O Barão de Santo Ângelo foi um letrado de expressão no ambiente de corte brasileiro do século XIX, por atuar em áreas diversificadas, possuir relações próximas com a coroa e com importantes expoentes políticos, bem como artísticos, do Rio de Janeiro e inserir-se em cargos dotados de relativo poder de decisão, visibilidade e influência. Fora responsável pela formação de alunos como Victor Meireles e Pedro Américo, este último chegando a desposar uma de suas filhas. Era figura atuante, não se furtando a enviar sua opinião escrita acerca das questões públicas para jornais da época, marcar seu posicionamento durante reuniões administrativas e sair em defesa de suas propostas.

Grande parte das obras dedicadas a Manuel de Araújo Porto-Alegre tomam-no enquanto poeta e pintor, analisando as produções decorrentes de tais atuações. Os primeiros trabalhos datam das primeiras décadas do século XX, quando Laudelino Freire, Hélio Lobo e Paranho Antunes<sup>14</sup> escreveram biografias homenageando o Barão de Santo Ângelo. O caráter de todas as três é de tom elogioso, exaltando a produção artística e literária pela sua beleza estética e inovação introdutória do romantismo no Brasil. Há uma reprodução da lógica presente nos diários de Porto-Alegre e que também se encontra nas trajetórias dos artistas coloniais em *Iconographia Brazileira* e *Memória da antiga escola fluminense de pintura*: a narrativa evoca um personagem devotado, trabalhador e honesto, cuja única recompensa recebida é a ingratidão e falta de reconhecimento.

A primeira produção sobre o autor realizada no âmbito acadêmico data de 1957, fruto de duas conferências<sup>15</sup>. A inicial, de Guilhermino César, considera Porto-Alegre enquanto escritor romântico e não se furta em tecer elogios ao poeta. Considera-lhe como um dos primeiros escritores brasileiros a ligar classe letrada e povo no Brasil, afirmação um tanto vaga e que não problematiza a utilização dada a esse *topos* num contexto mais amplo ou prático. Também exalta o pioneirismo enquanto historiador da arte, primeiro em terras tupiniquins. Ângelo Guido é o primeiro a utilizar sua pena para pensar o Barão de Santo Ângelo de forma crítica, questionando a passividade que levava todos a considerarem o pintor enquanto romântico. Destaca as influências

---

<sup>14</sup> Respectivamente FREIRE, Laudelino. *Porto-Alegre*. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1924. Vol. XIII. LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Pôrto-Alegre*. Agir Editora, 1945. ANTUNES, Paranho. *O pintor do romantismo: vida e obra de Manoel de Araujo Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

<sup>15</sup> Ambas publicadas em CESAR, Guilhermino e GUIDO, Ângelo. *Araújo Porto Alegre: Dois estudos*. Porto Alegre: Secretaria de Educação e Cultura, 1957.

neoclássicas, o período de aprendizado com Antoine-Jean Gros e a visão metódica e regrada que defendia para a pintura e a arte, considerando que sua produção pictórica era indubitavelmente neoclássica academicista, diferentemente de seus escritos. Além disso, questiona a qualidade técnica e as qualidades estéticas de seus quadros.

Porém, este primeiro esforço acadêmico não frutificará outros estudos. Perdura até 1980 uma nova sequência de obras biográficas e pouco analíticas. A diferença para as anteriores é o caráter documental que possuem, apresentando longos recortes de cartas, trechos de crônicas ou manifestações públicas em jornais e outras fontes incorporadas ao texto - quanto não constituindo sua integralidade. Alfredo Galvão publica em 1959 um artigo na revista do IPHAN<sup>16</sup>, anunciando-o como um resumo da vida de Porto-Alegre por si mesmo, utilizando escritos do autor selecionados e dispostos em sequência cronológica, retratando eventos polêmicos que ilustram a inimizade com Félix Émile Taunay. Posteriormente, em 1980, o IHGB homenageia o centenário do falecimento de seu antigo sócio com três artigos em sua Revista<sup>17</sup>: um de Galvão sobre a reforma da Pedreira e outros dois, de Américo Lambe e Mário Barata. Produções que como as do início do século XX possuem um caráter empirista, utilizando acriticamente relatos, as fontes e a visão que Porto-Alegre consagrara de si como um reflexo da realidade, assinados por leigos.

A primeira dissertação de mestrado que se dedica à apreensão da trajetória de Porto-Alegre através de um rigor acadêmico, cercado-se da crítica documental e valendo-se de análises amparadas por vasta bibliografia e aplicação de conceitos é de Letícia Squeff: *O Brasil nas letras de um pintor*<sup>18</sup>. Biografia intelectual enfocada nas idéias e concepções, lança um esforço interpretativo que pretende dar conta de toda a vida do autor estudado, tomando como central o período em que vivera no Rio de Janeiro. Analisa escritos autobiográficos que não constituíam uma particularidade: era corrente entre os membros do IHGB redigir notas que posteriormente seria utilizadas na escrita de seus próprios necrológios. Antecedendo esta publicação a historiadora lançou dois artigos: *A reforma Pedreira na Academia de Belas Artes*

---

<sup>16</sup> GALVÃO, Alfredo. *Manuel de Araújo Porto-Alegre: sua influência na academia imperial das Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=RevIPHAN&pasta=REVISTA%20DO%20IPHAN%20N%BA%2014%20ANO%201959&pesq>

<sup>17</sup> R IHGB, Rio de Janeiro, vol. 327, abril/jun. 1980.

<sup>18</sup> SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da Unicamp,

(1854-1857) e a constituição do espaço social do artista<sup>19</sup> e *Quando a história (re)inventa a arte: a Escola de Pintura Fluminense*<sup>20</sup>. Uma das principais contribuições é a leitura da Memória da antiga escola fluminense de pintura, a qual Squeeff afirma tratar de uma tradição inexistente de pintores, os quais não formaram uma agremiação ou ao menos chegaram a se conhecer. O Barão de Santo Ângelo forjara uma escola para legitimar a existência de uma arte brasileira própria e característica, que precedesse a chegada da Missão Artística Francesa, sendo assim livre da formação européia. Os artistas biografados tampouco possuíam esse status perante seus contemporâneos, eram todos considerados (e viam-se como) artífices, condição que Porto-Alegre também não ignorava, mas escolhe omitir em sua produção historiográfica.

Gomes Jr. considera que “a tarefa biográfica que Araújo Porto-Alegre tomou para si tinha algo de anacrônico”, por não haver operado uma mudança no método para que a História da Arte no Brasil se desvinculasse do gênero de Vidas de Artistas. Porém, tal afirmação ignora o lugar social e sua influência. A referida mudança não seria possível enquanto o processo de elevação social dos artistas estivesse completo, desvinculando-os dos artesões (prática e simbolicamente) e de um ofício considerado puramente técnico e manual, ao invés de intelectual e liberal. As vidas foram escolhidas e mantidas por serem consideradas propícias ao projeto político-historiográfico que visava legitimar a atuação de artistas e letrados, sua utilidade para a Nação e consequentemente a necessidade de serem financiados pelo poder central.

Isis Pimentel Castro ressalta a existência de uma “(...) ligação estreita entre o trabalho do artista e do historiador, ambos engajados na construção de uma memória nacional (...)”<sup>21</sup>, retratando o passado através da aplicação da tinta na tela ou no papel. A pintura histórica era a disciplina de maior prestígio dentro da AIBA, sua execução era fruto de extensas pesquisas documentais, demandava estudos de anatomia e história, era reservada àqueles de desenho mais apurado e formação mais avançada.

---

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *A reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista*. In: Cad. CEDES. Vol. 20, no.51. Campinas: Nov. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-3262200000200008&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-3262200000200008&lang=pt). Acesso em: 06 de Jul. 2011.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *Quando a história (re)inventa a arte: a Escola de Pintura Fluminense*. IN: Rotunda. No01. Campinas: abril, 2003. Disponível em: <http://www.iar.unicamp.br/rotunda/rotunda01.pdf> Acesso em: 06 de Jul. 2011. (p. 19-31)

<sup>21</sup> CASTRO, Isis Pimentel de. *Arte & História: a concepção de arte no oitocentos e sua relação com a cultura histórica*. In: Saeculum. No24. João Pessoa: jan/jun, 2006, p. 180.

Cybele Fernandes<sup>22</sup> debruça-se especificamente sobre a atuação de Porto-Alegre enquanto diretor na execução da reforma arquitetônica e, principalmente, curricular que este implementou na AIBA. A grade de cadeiras e o ingresso na instituição passam a separar o artista do artífice, contribuindo para a consolidação desta diferenciação, marcando a ruptura e o distanciamento entre ambos. Novamente, a ação de Manuel de Araújo é colocada como fundamental na criação do referido espaço social do artista no Brasil.

Através da trajetória de Porto-Alegre e Gonçalves de Magalhães, Débora Andrade<sup>23</sup> traça as condições sociais vividas por artistas e literatos no início do século XIX brasileiro. A vida literária começa a crescer em sua relação com a Corte, sendo influenciada pelos jogos políticos e vinculação dos letrados com determinados grupos, recebendo benefícios de acordo com a ocupação predominante de cargos importantes por seus aliados. O mecenato era uma das formas consagradas de sustento, sendo complementado por aulas em instituições de ensino (de vencimentos parcos, mas constantes) e a inserção no mercado editorial, principalmente junto a periódicos, além de alguns cargos políticos ou burocráticos. Os necrológios podem ser considerados uma prática voltada ao ambiente de corte, homenageando seus membros, garantindo-lhes o elogio póstumo, servindo ao mesmo tempo de instrumento legitimador, alcançando-lhes as glórias numa tentativa de defesa do mecenato, do sustento proveniente do Estado. Demonstrar a importância do feito destes beneméritos à pátria funcionava como um pedido de benesses frente aos serviços prestados, ao mesmo tempo em que estabelecia um padrão moral a ser seguido socialmente.

Biografia e história pátria que não eram considerados sinônimos de história política, a qual Porto-Alegre refutava por não considerá-la como reflexo do verdadeiro movimento da sociedade e do espírito humano. Paula Ferrari<sup>24</sup> revela essa recusa para então ressaltar concepções do Barão de Santo Ângelo devedoras à prática artística e sua historiografia, que via a atuação do historiador como a de um escultor. O enfoque deveria ser social, o que para o autor

---

<sup>22</sup> FERNANDES, Cybele Vidal Neto. *A polêmica atuação de Manoel de Araújo Porto-Alegre como Professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes*. In: Arquivos da Escola de Belas Artes. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2006.

<sup>23</sup> ANDRADE, Débora El-Jaick. *Os intelectuais nas reformas do Estado Imperial: as trajetórias de Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias*. In: [http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado\\_poder/1.pdf](http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/1.pdf) Acesso em: 06 de Jul. 2011.

<sup>24</sup> FERRARI, Paula. *A história da arte de Araújo Porto-Alegre*. In: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2008/FERRARI,%20Paula%20-%20IVEHA.pdf> Acessado em 06 de Jul. 2011.

significava descrever os costumes, os hábitos, as crenças e observar na arte o grau de progresso, de refinamento de cada nação.

Fora a bibliografia em língua portuguesa, a historiadora francesa Armelle Enders dedica um subcapítulo de sua tese de doutorado para o que chama de República da Morte de Manuel de Araújo Porto-Alegre<sup>25</sup>. Aludindo ao projeto de edificação de um panteão pátrio estabelece uma ligação entre o Barão de Santo Ângelo, o culto cívico e a ideia de morte, encarnada numa necrópole nacional. O objetivo máximo enunciado nos necrológios e na história da arte do autor estudado é o de realizar a parte escrita desta homenagem, imortalizando os beneméritos num monumento de papel.

A inserção institucional dá voz ao mesmo tempo em que estabelece regras para a enunciação, constituindo-se como um dos elementos do *lugar social* no qual a *operação historiográfica* é realizada. Os necrológios escritos por Porto-Alegre precisam ser compreendidos sob a luz do IHGB, da situação política, social e econômica brasileira e carioca, das ideias filosóficas de seu momento, do projeto romântico de construção nacional. Além destes elementos mais evidentes que constituem o *lugar*, há alguns menos consagrados, como as ideias e atitudes coletivas quanto à morte – cruciais para a compreensão dos textos a serem analisados, que possuem lógicas próprias e demandam um esforço interpretativo particular por sua especificidade.

Michel Vovelle desenvolveu uma metodologia em três níveis, que estruturam as pesquisas quanto à *história da morte* numa relação dialética. O ponto inicial é a *morte consumada*, dado demográfico bruto das taxas de mortalidade e renovação da população. O segundo, a *morte vivida*, envolve “toda rede de gestos e ritos que acompanham o percurso da última enfermidade até a agonia, ao túmulo e ao outro mundo”<sup>26</sup>, refere-se a sensibilidades e a experiência da morte, seja imediatamente ligada ao óbito ou sua influência tácita no cotidiano, na sociabilidade e em práticas aparentemente não vinculadas a ela por uma relação direta. O historiador francês considera-as predominantemente inconscientes. O terceiro nível seria o do *discurso sobre a morte*, referente a reflexões e manifestações conscientes de caráter religioso, filosófico, científico, cívico, dentre outros<sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup> ENDERS, Armelle. *Les visages de la Nation: Histoire, héros nationaux et imaginaire politique au Brésil (1822-1922)*. Tese (doutorado) – Université Paris I-Panthéon-Sorbonne, 2004.

<sup>26</sup> VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1991, p. 131

<sup>27</sup> *Ibid.*, pg. 132

Grosso modo, os necrológios seriam facilmente identificados como *discurso sobre a morte*. Porém, Vovelle reconhece a sutileza que difere o segundo nível do terceiro. Os escritos de Porto-Alegre eram dotados de reflexões cívicas e filosóficas quanto à morte, o caráter do tempo e a memória dos homens, que nada possuíam de involuntárias, mas a *Revista* não era seu único suporte: eram também lidos no funeral do homenageado, tornando-se parte integrante dos ritos fúnebres. A própria divisão entre os atos *conscientes* e *inconscientes* dentro dos costumes e das repetições cotidianas é tênue, de difícil delimitação. Há uma interpenetração entre o discurso e os ritos, as práticas e suas reflexões, levando o necrológio do âmbito do trabalho intelectual à liturgia cívica, influenciando outras representações presentes no cotidiano, gerando metáforas consagradas.

A *operação historiográfica* de Porto-Alegre estava compreendida nas relações com os processos sociais, culturais e tanatológicos europeus e brasileiros, mas também precisa ser inserida numa análise documental em série. É necessário traçar as aproximações e distâncias dos textos a serem pesquisados em relação à biografia e historiografia da época e precedentes, bem como numa série de necrológios. É imperativo distinguir o que é próprio do gênero e consta no texto por razões de organização, que remetem e inserem-no numa estrutura consagrada e repetida, um modelo, não tomado de forma hermética, mas em sua relação com o conteúdo e dentro do seu devido contexto, confirmando a prática do autor enquanto uma *operação historiográfica* e lançando concomitantemente um esforço interpretativo para compreender como o necrológio e seus *topos* remetem aos referidos processos, suas intencionalidades na relação entre forma e conteúdo. A recorrência e construções discursivas análogas, narrativas de estruturas similares, denotam sentidos não somente formais, podem evidenciar uma intencionalidade em manter o modelo devido a propósitos práticos<sup>28</sup>. As especificidades temporais, diacrônicas, devem ser complementadas por uma análise sincrônica que vise captar as particularidades que diferenciavam o *corpus* documental escolhido de outros publicados no mesmo período em jornais ou outros periódicos. Os necrológios de Porto-Alegre são textos que podem ser considerados historiográficos pelo seu suporte (a Revista do IHGB), pelo seu gênero tangenciar a biografia e ao mesmo tempo valer-se dela, por basearem-se na utilização de fontes escritas e relatos orais

---

<sup>28</sup> Quanto a questão do gênero na historiografia, ver: OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. PÉCORA, Alcir. *Máquina de gêneros*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. SINKEVISQUE, Eduardo. *Retórica e política: a prosa histórica dos séculos XVII e XVIII*. Introdução a um debate sobre gênero. Dissertação (Mestrado) – USP/Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo, 2000.

enquanto matéria prima da narrativa, por poderem ser compreendidos sob a ótica da *operação historiográfica* – o que pode não ser válido para outros textos semelhantes, necrológios de outros autores. A análise serial não será utilizada para legitimar generalizações, mas para distinguir rupturas e continuidades na escrita dos discursos fúnebres, sua influência no pensamento histórico e sua relação com as práticas funerárias.

Inconsciente coletivo e mentalidades são dois conceitos presentes na História da morte vinculada a Michel Vovelle e Philippe Áries<sup>29</sup>, caros aos pesquisadores franceses, mas que não constituirão a tônica da problemática colocada neste projeto. A presente proposta de pesquisa tem por objeto necrológios, mas considerados em sua relação com a prática historiográfica, inseridos na Revista do IHGB, na atuação da referida instituição e na relação entre a historiografia com seu *lugar social*: a política do Império, mas também suas condições sociais e culturais, inserindo a questão das atitudes coletivas perante a morte por terem demonstrado poder criador de analogias e metáforas além de pautarem a construção do objeto a ser narrado pela história do século XIX: os mortos, distanciados pelo óbito, criando uma ausência tal qual a do tempo passado. Esta é a ruptura e ao mesmo tempo o afastamento “epistemológico”, condição inerente ao que poderia ser considerado *histórico*. A presença marcante da ideia de morte na historiografia torna necessário o esquadramento das atitudes coletivas perante a morte, da mesma forma que a produção historiográfica política precisa ser confrontada com os acontecimentos e posicionamentos políticos de sua época.

Há uma contemporaneidade de eventos que aparentemente é paradoxal e ainda não teve sua aporia completamente solucionada: o movimento de afastar os mortos fisicamente, levando-os para fora do perímetro urbano, parece deslocá-los para o campo simbólico, tornando-os inquilinos indiscretos na sensibilidade romântica. O rechaço corpóreo da putrefação e a corrupção dos cadáveres, causadores de infestações, é coetâneo ao início (gênese que não é original, parte de uma retomada e re-significação de práticas gregas e romanas, advindas da leitura neoclássica) do culto aos mortos. Os cemitérios tornam-se locais de inspiração poética, viram alvo de visitas e motivam longas viagens com a intenção de conhecer onde um admirado escritor foi sepultado. A

---

<sup>29</sup> ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

morte é tema da escrita, literária ou histórica. Estimula práticas novas, para além dos rituais e da liturgia que cerca o velamento, como o referido *turismo dos mortos*<sup>30</sup>.

Concomitante a esta forma de cemitério surgem preocupações estéticas e uma forte carga simbólica presente nos monumentos fúnebres. Segundo Philippe Áries não havia uma preocupação com o túmulo na *morte barroca*, o que importava era o local de enterro, depois do sepultamento o corpo estava entregue e a salvação da alma garantida pelo terreno sagrado da igreja e a áurea emanada pelas relíquias dos santos<sup>31</sup>. O fenômeno de visitação, o dispêndio de cuidados e a preocupa o lapidar são característicos de uma nova sensibilidade,   qual coaduna com o romantismo e integra o novo momento cemiterial.

A importância da morte enquanto distância temporal<sup>32</sup>, bem como a condi o humana outorgada pela finitude<sup>33</sup> são preocupa es explicitadas nos necrológios. Há uma *histórica*<sup>34</sup> particular, envolvendo uma no o do público e da memória histórica (a qual se pretendia e mostrava-se enquanto memória coletiva) pautados pela Na o e sua necessidade de alçar indivíduos   condi o de heróis, erguer um panteão exemplar para a conduta de um novo cidadão, não são civilizado e esclarecido, mas devotado ao Brasil que estava sendo construído e grafado.

---

<sup>30</sup> Tema ao qual se dedica WESTOVER, Paul. *Necromanticism. Travelling to meet the Dead, 1750-1860*. Hampshire: Pallgrave Macmillan, 2012.

<sup>31</sup> ARI S, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. Pg. 190.

<sup>32</sup> RICOEUR, Paul. La distance temporelle et la morte em histoire. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. (dir). *Historicités*. Paris,  ditions La Découverte, 2009, p. 13-28.

<sup>33</sup> GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhart. *História e Hermenêutica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997, p. 67-125.

<sup>34</sup> Aqui tomada enquanto “las condiciones de posibilidad de historias (...)”, *ibidem*, p. 63.



## 1. MANUEL DE ARAÚJO PORTO-ALEGRE NAS ENTRELINHAS DA CORTE IMPERIAL

“Seria um absurdo, uma anomalia na órbita do espírito humano, a formação de um império, a organização de uma nova sociedade feita por um rasgo de pena do legislador, pela coragem brutal, ou pela vontade de um príncipe; e o continuar aquela obra independente da concorrência dos elementos próprios para seu prosseguimento: ela seria um monumento sem base, uma arte sem princípios, ou uma religião sem crença, e daria em resultado o Império de Alexandre. (Porto-Alegre, Memória da antiga escola de pintura fluminense)”<sup>35</sup>

Não bastava a pena dos legisladores, juristas ou outros homens até mesmo mais poderosos para manter uma Nação unida<sup>36</sup>. Convicção de Porto-Alegre, provável fruto da vivência num período regencial conturbado e povoado por revoltas que questionavam a autoridade central do Império, tal afirmação também pode ser analisada sob o prisma da distância que separava diferentes atores deste Estado, suas atuações, possibilidades e carga de influência. Elite política, bacharéis de grande prestígio e renome, aqueles que possuíam o título das faculdades de direito eram donos de uma privilegiada carta de acesso a altos cargos e importantes postos políticos. Não era o caso do escritor aqui estudado.

Oriundo da Academia Imperial de Belas Artes, o futuro Barão de Santo Ângelo<sup>37</sup> era um dos letrados brasileiros, segundo José Murilo de Carvalho, cidadão de uma ilha de alfabetizados cravada no meio de um mar vastíssimo de pessoas que não foram instruídas em tal capacidade<sup>38</sup>. Porém, não são poucas as contribuições historiográficas recentes que parecem apontar para uma pluralidade geográfica desta ilha – que talvez fosse um arquipélago, mais rico e variado do que se tem retratado.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, professor de pintura histórica na AIBA, romântico engajado numa proposta programática de literatura, teatro, pintura e história

<sup>35</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Memória da antiga escola de pintura fluminense*. RIHGB, t. 03, pp. 547-557, 1841. p. 548.

<sup>36</sup> Kirkendall, na introdução de seu *Classmates* considera que a atuação dos bacharéis e a criação das escolas de direito foram centrais na criação do Brasil, mas reconhece que não se pode debitar todo este processo somente a estes elementos. KIRKENDALL, Andrew J. *Class Mates – Male student culture and the making of a political class in 19th century Brazil*. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 2002.

<sup>37</sup> Título nobiliárquico que ganhará do Imperador somente em 1874. Aqui será utilizado, mesmo que anacronicamente, para evitar a excessiva repetição do nome Manuel de Araújo Porto-Alegre.

<sup>38</sup> Um dos objetivos do presente artigo é aprofundar e diversificar, não de todo negar, a hipótese de homogeneidade da Elite letrada brasileira que o referido autor lançara. Ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

nacional, contribuindo para tal em obras de fôlego e periódicos diversos, Porto-Alegre dedicara-se à variadas atuações culturais, todas marcadas por indelévels traços cívicos e políticos. Durante o Império de Dom Pedro II tais produções estavam atreladas a uma busca do brasileiro, à criação e consolidação de símbolos nacionais, bem como a garantia de unidade do vasto território que fora a América Portuguesa.

Frente esta atuação específica, característica também de outros artistas e escritores, não caberia diferenciar os homens que se dedicaram a tais ofícios dos outros letrados, cujas palavras eram escritas em prol de outras causas ou sem os mesmos compromissos? Há uma miríade de termos que podem ser utilizados para distinguir os distintos usos e aplicabilidades que os autores faziam de sua escrita. Tomando Porto-Alegre como caso e tendo sempre em vista a política Imperial, o ambiente de corte e a trajetória de alguns outros conhecidos nomes deste período, tentarei esboçar no presente texto a possibilidade de traçar distintas atuações as quais se lançavam os letrados, que se utilizavam desta condição de maneiras variadas.

### 1.1 Confederação de letrados: escritores engajados e polemistas

Pouco se sabe da infância de Manuel de Araújo Porto-Alegre. Nascido em Rio Pardo, oriundo de uma família de pequenos negociantes, donos de poucas posses<sup>39</sup>, perderia o pai muito cedo – fator agravante de sua já fragilizada situação financeira. Ainda criança, teria transformado uma coleção mirim em seu pequeno museu particular de história natural. Atuara enquanto ourives na cidade de Porto Alegre, provavelmente numa busca por ofício e fonte de ganhos. A necessidade de estabelecer uma carreira e assim formar um patrimônio que não possuía é a causa mais provável para sua ida ao Rio de Janeiro.

Especula-se, através de alguns escritos autobiográficos posteriores<sup>40</sup>, que ao chegar à cidade da Corte em 1827 planejava matricular-se na Escola Militar, a qual estaria fechada naquele momento. Possuindo conhecimentos de desenho e aptidão para as artes, teria então se direcionada à AIBA, abraçando veementemente esta segunda opção para concretizar seus estudos numa instituição de ensino superior.

<sup>39</sup> Segundo atesta ANDRADE, Débora El-Jaick. *Os intelectuais nas reformas do Estado Imperial: as trajetórias de Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias*. In: [http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado\\_poder/1.pdf](http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/1.pdf) Acesso em: 06 de Jul. 2011.

<sup>40</sup> Letícia Squeff realiza tal análise baseada nos escritos autobiográficos do autor no primeiro capítulo de seu livro. SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

Jean-Baptiste Debret toma-o enquanto aluno preferido e de maior potencial, levando-o consigo para uma jornada de estudos na Escola de Belas Artes de Paris, onde será tutelado por Antoine-Jean Gros, conhecido artista romântico e ex-discípulo do preeminente pintor neoclássico Jean-Jacques David. É na capital francesa que conhecerá Francisco de Sales Torres Homem e Gonçalves de Magalhães, com os quais irá publicar a revista *Nitheroy*, curioso marco da fundação do romantismo nacional<sup>41</sup>, gestado no exterior – interessante metáfora para a relação que possuía este movimento com uma visão civilizacional europeia, marcadamente francesa. Magalhães tornar-se-á amigo íntimo do futuro barão de Santo Ângelo, relação que perdurou até o fim de sua vida. Ambos partem numa viagem conjunta pela Europa, antes de Porto-Alegre finalizar seus estudos na Itália.

Voltando ao Brasil em 1837, torna-se professor da instituição na qual iniciara sua formação enquanto artista, lecionando na Academia Imperial de Belas Artes por onze anos. É nomeado pintor imperial em 1840, tendo a responsabilidade de arquitetar monumentos comemorativos e planejar grandes celebrações da Coroa, como o casamento de Dom Pedro II com Teresa de Bourbon. Não há dados na bibliografia sobre o autor estudado do quanto tal nomeação durara, mas o artista manteve-se sempre à disposição da Corte quando ocasionalmente convocado para alguma festividade. Não serão pontuais ou isoladas suas estátuas comemorativas, retratos de nobres e projetos de importantes prédios públicos. Por sua antiga amizade com Dom Pedro I, seu estilo neoclássico<sup>42</sup> condizente com a imagem do Império e o engajamento com uma arte programática de cunho nacional, o artista fora freqüentemente requisitado enquanto morara na Corte.

Tamanhos serviços e lealdade não passaram em branco, não foram em vão. Manuel de Araújo costumava queixar-se das injustiças pelas quais passavam os letrados, principalmente os mais honrados e honestos, como ele. As diversas atuações que acumulava não eram suficientes para sustentar a família de cinco filhos que constituía com sua esposa, sendo seus parcos rendimentos uma constante preocupação. Nomeado diplomata em 1859, tivera atendido seu pedido junto à Coroa por um cargo melhor, com o qual pudesse angariar alguma estabilidade

---

<sup>41</sup> Considerado marco por SILVEIRA, Éder. *Tupi or not tupi: Nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009, endossado por CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos). Segundo Volume (1836-1880)*. Livraria Martins Editora, s/d.

<sup>42</sup> A estética neoclássica fora utilizada desde o período joanino enquanto símbolo civilizacional e, posteriormente, constituía parte do inventário imagético na construção da simbologia nacional. Ver CASTRO, Rosana Costa Ramalho de. *Imagens e evidência: reflexos do paradigma clássico europeu na cidade do Rio de Janeiro*. In: *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Vol. XX. Lisboa: 2005. pp. 93-108.

financeira, Porto-Alegre deixa definitivamente o artista que via agonizar já em 1856 para trás, não levando nem ao menos a lembrança ou a identificação com tal alcunha para a Europa. “Durante os anos de 54 e 55, não me foi possível tocar nos meus papéis, e nem tão pouco juntar um só verso a uma obrinha que me suavisa a vida nas horas em que n’ella trabalho, porque n’essas horas me iludo, e creio que ainda sou artista” (Porto-Alegre, *Iconographia Brasileira*)<sup>43</sup>. Quando figura na obra de Ferdinand Wolf, para o qual cedera informações numa conversa informal com o escritor, afirmara-se enquanto literato e ressaltou que desde sua ida ao Rio de Janeiro planejava ser diplomata! Informação que vai de encontro com seus *apontamentos autobiográficos*<sup>44</sup>, bem como a triste e dolorosa confissão anunciada na abertura da “*Iconographia Brasileira*”, citada acima. Leticia Squeff procura tecer um sentido para tal afirmação inesperada, afirmando que assim o Barão de Santo Ângelo “(...) tentou dar um sentido único a sua trajetória. Apesar de sua atividade diversificada na vida cultural do Império, buscou depurar sua biografia de grandes reviravoltas, hesitações ou mudanças profissionais bruscas”<sup>45</sup>.

O escritor alemão, em seu *O Brasil literário*, afirma que “(...) a literatura brasileira pode pretender a justo título o direito de ser encarada como verdadeiramente nacional; nesta qualidade, tem o seu lugar marcado no conjunto das literaturas do mundo civilizado”<sup>46</sup>. Conhecendo a pretensão de Wolf, um estrangeiro que pretendia *respaldar a literatura brasileira enquanto encarnação do espírito nacional*<sup>47</sup>, Porto-Alegre não poderia rebaixar a cultura de seu país e evidenciar-lhe as defasagens que possuía, ao mesmo tempo que não pretendia assumir culpa pelo seu malogro enquanto artista. A opção de Porto-Alegre em largar as Belas Artes fora motivada por rusgas político-institucionais, polêmicas e rivalidades com professores, artistas e políticos, bem como a inviabilização de manter a si, sua esposa e os cinco filhos provenientes deste casamento com seus parcos vencimentos de professor e pintor<sup>48</sup>. Não se furtava - pelo contrário -

<sup>43</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Iconografia Brasileira*. RIHGB, t. 19, p.349-78, 1856. p. 349.

<sup>44</sup> Os apontamentos autobiográficos datariam de 1859, enquanto a conversa com Ferdinand Wolf seria de meados da década de 1860, uma interpretação distando da outra não mais de dez anos.

<sup>45</sup> SQUEFF, Leticia. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 48.

<sup>46</sup> WOLF, Ferdinand. *O Brasil Literário (história da literatura brasileira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. p. 27.

<sup>47</sup> SILVEIRA, Éder. Tupi or not tupi: Nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009. p. 93.

<sup>48</sup> Porto-Alegre perdera o apoio político que possuía quando da substituição do chefe de gabinete, marquês do Paraná, pelo marquês de Olinda, sendo assim vitimada pelo jogo de alternância realizado por Dom Pedro II. É neste momento que abdica do cargo de diretor da Academia Imperial de Belas Artes e decide sair do país, enquanto diplomata. Ver FERNANDES, Cybele Vidal Neto. *A polêmica atuação de Manoel de Araújo Porto-Alegre como*

em denunciar e reclamar publicamente de tal condição no Rio de Janeiro, mas não poderia expor tamanha crítica e defasagem artística e cultural perante um pretensão propagandista do Brasil. Havia uma vinculação à Nação que extrapolava os meros vínculos com o Estado, o Imperador e a Coroa. Situação preeminente para o historiador recordar-se que o local, a época e aquele a quem se destina a enunciação também delimitam o que pode ou deve ser dito e o que precisa ser silenciado<sup>49</sup> - nesse caso, não explicitar que as condições sociais e econômicas estabeleciam obstáculos à carreira de escritores e artistas, o que Ferdinand Wolf interpretaria naturalmente como um grave atraso da Nação.

Enquanto artista e morador da capital imperial, Porto-Alegre não se furtara dos embates variados com expoentes conhecidos e influentes da vida da Corte. O diplomata, mais comedido e concentrado numa produção que passava a focar-se na escrita, tornara-se não somente autor de poesias e peças teatrais, como também um perspicaz defensor da Nação – não somente no sentido da política internacional feita através de tratados e acordos, mas também daquele que visava mostrar que o Brasil era um país civilizado nos moldes europeus.

Nem pouco influiu para esta lamentável falta de publicação das coisas da pátria o triste fado que sobre nós pesara por mais de trezentos anos, sendo obrigado a mendigar o favor dos tipos da metrópole, não se nos consentindo assentar uma imprensa nesta então colônia. O intolerante monopólio, mola principal da administração portuguesa nos tempos do absolutismo, e com especialidade a respeito do Brasil, estendia-se também a publicação dos escritos dos nossos literatos, e por isso ou morriam em gabinetes particulares sem verem a luz da estampa, ou eram tão mutilados, para que se acomodassem ao sistema de seu monopólio, com a água tomando a fôrma do vaso que se enche, que pareciam como idéias destacadas, não podendo servir bem de elementos para a história geral brasileira. (Januário da Cunha Barbosa – Discurso Inicial)<sup>50</sup>

A vinda da família real em 1808 também trouxera liberações para a produção cultural e artística, não somente pelo fomento que a vinda da missão francesa representara, como pela criação de instituições e meios de difusão destes trabalhos. O efeito mais imediato sobre o Rio de Janeiro, além do aumento na população relativa alfabetizada que a vinda da nobreza portuguesa causara, foi de proliferação de livrarias - no momento em que Dom João VI aqui aportara

---

*Professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes.* In: Arquivos da Escola de Belas Artes. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2006.

<sup>49</sup> Aqui faço referência ao consagrado texto de Michel de Certeau, *A operação historiográfica* CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

<sup>50</sup> R.IHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1838. p. 10.

contabilizavam em duas, chegando a dezesseis no ano de 1820 – e outros estabelecimentos e instituições pautados pela escrita e cultura letrada.

O grande salto presenciado durante o Segundo Império fora outro: o de publicações editadas em solo nacional, principalmente no Rio de Janeiro. Latente é o efeito da liberação da posse de tipos e prensas, anteriormente proibidas no perímetro territorial da antiga colônia. Há um incentivo à escrita de romances, poesias e peças teatrais - bem como o crescimento de panfletos e criação de periódicos - todos estes gerados pela oportunidade de publicação<sup>51</sup>.

Há um campo não só de divulgação, como também de discussão pública propiciada pelos folhetins, jornais e revistas que passaram a circular pela Corte. Há uma ampla gama de escritores, bacharéis, médicos, pintores, deputados, senadores e ministros que veiculavam protestos e manifestos nos periódicos, além de e protagonizarem debates acirrados – um dos casos mais conhecidos, a Confederação dos Tamoios, incluía até mesmo Dom Pedro II.

Publicado em 1856, o poema épico “Confederação dos Tamoios”, patrocinado pelo Imperador e fruto do seu pedido pessoal para Gonçalves de Magalhães, suscitara uma conhecida polêmica. José de Alencar publica no *Diário do rio de Janeiro*, sob o pseudônimo de *Ig*, uma contundente crítica à obra, que figurava no décimo nono tomo da Revista do IGHB. Manuel de Araújo Porto-Alegre, enquanto *Um amigo do poeta*, saiu em defesa de seu amigo e acabara por confessar a chancela pela qual estavam protegidos - a da Coroa. Tal confissão, tão natural e condizente com o que era por todos sabidos, forçara o próprio Dom Pedro II a pronunciar-se. Também sob uma alcunha, a de *um outro amigo do poeta*. A identidade dos debatedores também não era um mistério para aqueles que liam a polêmica nos folhetins, mas o decoro não deixara de ser traço marcante do funcionamento de uma corte, mesmo que tropical e em pleno século XIX. Porto-Alegre incorrera em falta não pelo excesso de autenticidade, mas por romper uma lei tácita, um contrato não verbalizado de discrição frente às benesses imperiais. A própria contribuição oriunda do Imperador aos artistas e científicas configurava uma forma específica de mecenato, que não se justificava pelo que era em si, no seu funcionamento mais tradicional e objetivo. As contribuições, os privilégios, as pensões e recompensas eram sempre pelo mérito literário, artístico, científico, pela dedicação à pátria – não poderia ser justificadas de outra forma, pela proximidade dos laços ou simpatia.

---

<sup>51</sup> Conforme dados coletados por HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: EDUSP, 1985.

“Sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, ou seja pelo esclarecimento de seus membros, ou pelo adoçamento dos costumes públicos, é evidente que em uma monarquia constitucional, onde o mérito e os talentos devem abrir as portas aos empregos, e em que a maior soma de luzes deve formar o maior grão de felicidade pública, são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios á pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros (Januário Barbosa e Cunha Mattos, Proposta do IHGB)”<sup>52</sup>

A querela servira para Alencar evidenciar sua visão do que deveria ser “a poética mais adequada para a representação da nacionalidade brasileira”<sup>53</sup>, bem como aproveitar-se da visibilidade pública que obteria para alavancar sua carreira literária. O que nos importa ressaltar é o uso feito do meio impresso. A possibilidade de publicação em folhetins e periódicos de menor custo e maior rotação criara novas expressões e propiciara uma arena de debate para os letrados, na qual poderiam enunciar suas visões e projetos para a nação, fossem elas mais estritamente políticas ou ligadas ao caráter civilizacional que diversas expressões culturais possuíam frente aos observadores da época.

Há então, dentro do grupo de letrados, aqueles que fazem uso de sua escrita para projetar-se num campo público - aqui relativo a uma esfera restrita dos alfabetizados e com acesso aos periódicos, mas que não deixava de ser considerável dentro do ambiente da Corte. Proponho nomeá-los enquanto *escritores engajados*.

A expressão é utilizada por Michel Winock em seu livro *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*<sup>54</sup>. O autor analisa os posicionamentos e motivações que levaram figuras tão díspares como Chateaubriand, Constant, Guizot, Victor Hugo, Michelet, Tocqueville e Balzac a lançarem-se aos periódicos para defender seus posicionamentos políticos e como de tal forma foram impulsionados a cargos distintos, alavancaram suas carreiras ou foram levados ao exílio. A ascensão de tal contexto estaria ligada intimamente à Monarquia de Julho, a qual influenciara fortemente a geração de Porto-Alegre<sup>55</sup>, além de um caráter de monarquia

<sup>52</sup> R.IHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1838. p. 5.

<sup>53</sup> SILVEIRA, Éder. *Tupi or not tupi: Nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009. p. 33

<sup>54</sup> WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006

<sup>55</sup> Segundo Leticia Squeff, “Como filosofia profundamente marcada pela Monarquia de Julho francesa, o ecletismo seria incorporado ao pensamento de Magalhães e seu grupo no sentido de reforçar tendências conservadoras e naturalmente avessas a idéias revolucionárias. A filosofia eclética foi o fundamento de uma arte engajada, que, por princípio, era pouco afeita a rupturas, preferindo sempre uma conciliação mantenedora da ordem e das instituições”, SQUEFF, Leticia. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 70.

constitucional – semelhante, então, ao caso brasileiro. Não é ilógico afirmar que se o modelo civilizacional brasileiro durante o século XIX era fortemente inspirado no francês, a utilização da imprensa enquanto difusora de posicionamentos e conteúdos programáticos aparenta também possuir um forte paralelo.

Não se trata aqui de uma classe ou um grupo que se identificava e possuía um agir coeso e unificado. A proposta de pensar em *escritores engajados* no oitocentos imperial brasileiro é pautada no agir, em uma atuação - a já referida utilização dos periódicos para publicação de posicionamentos quanto às políticas e produções culturais da Nação. Existem aí características comuns entre estes *engajados*: eram homens letrados, possuíam vínculos com editores e outros escritores, planejavam utilizar ou já faziam uso de sua escrita enquanto meio de garantir sua sobrevivência (ou ao menos parte dela), bem como forma de expressão cívica. Porém, para além do caráter de engajamento e defesa de um posicionamento, a arena na qual os letrados embatiam-se através de suas penas também significava meio de projeção e consolidação dentre uma elite, ao menos cultural:

“Em função de características próprias ao cenário brasileiro, como seu diminuto público leitor e o grau de pessoalidade que as controvérsias intelectuais assumem, as polêmicas em torno de idéias tornaram-se muitas vezes violentíssimas. Elas significavam uma chave para a obtenção de capital social e simbólico; poderiam, dependendo do resultado, assegurar sucesso ou silêncio aos seus contendores.”<sup>56</sup>

Os polêmicos escritores engajados eram ou tornavam-se temporariamente letrados menos desconhecidos e geralmente pretendiam ou faziam uso desta projeção. Veículo de exposição de conteúdos programáticos, projetos e idéias dos caminhos que deveriam ser trilhados pela Nação, bem como estratégia para a ascensão enquanto literato ou até mesmo pretense início de uma futura vida política. A imprensa nunca fora um veículo imparcial de notícias isentas, mas tampouco pode ser reduzida a mero veículo de oposição ou apoio ao Estado: era também campo de expressão letrada, que para além dos vínculos partidários ou escolar-literários, possuía uma ampla gama heterogênea de projetos, propostas e ideias de como tornar o Brasil aquela tão

---

<sup>56</sup> SILVEIRA, Éder. *Tupi or not tupi: Nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009. p. 92;



almejada civilização não somente aos moldes, como também ao que se considerava o elevado nível europeu.

Indianismo, exaltação de uma natureza edênica, o pitoresco, todas estas tendências gerais que remeteriam aos românticos de uma geração específica não estão completamente presentes nem mesmo nestes referidos precursores que deveria categorizar. Aliás, nenhum destes fatores marca presença na obra de Porto-Alegre. Um mecanicismo temático não corresponde com a empiria que se pretende representar daquela época, nem ao menos contribui para compreender o significado destas expressões. A já citada *Confederação dos Tamoios*, em sua polêmica, evidencia a existência de diferentes propostas de como retratar o Índio – enquanto figura arquetípica – de acordo com padrões estéticos e também políticos. Pode-se afirmar, mesmo assim, que:

“A expectativa da Corte, ao financiar a criação de um poema nacional, não era a de criar uma exaltação do indígena que fizesse com que sua imagem se sobrepusesse a do colonizador português. Se ao indígena cabia o papel de mito fundador da nacionalidade ao lado da exaltação ufanista da natureza tropical, esse indígena deveria, em certa medida, estar submetido ao feito civilizador do lusitano”<sup>57</sup>

José de Alencar questiona no poema de Magalhães a forma européia, a utilização da épica, a artificialidade genérica dos indígenas retratados, o uso de expressões em tupi retiradas de dicionários, mas não afronta a hierarquia civilizacional na qual os nativos seriam colocados em grau inferior. Tamanha crítica não passaria pela Corte brasileira.

“(…) não posso deixar de acrescentar-lhes a expressão dos nobres sentimentos de Plínio o moço, escrevendo a Tácito sobre a desastrosa morte de seu tio. “Quanto a mim (diz este filósofo), considero igualmente beneméritos aqueles a quem os deuses tem concedido o dom ou de fazer coisas dignas de serem escritas, ou de escrever coisas dignas de serem lidas; e muito mais beneméritos ainda os que favorecem o exercício destas duas preciosas faculdades.” E se mais pudesse eu acrescentar a tão animador pensamento, dissera, com o nosso literato patricio Alexandre de Gusmão, que a história é um fecundo seminário de heróis (Januário da Cunha Barbosa – Discurso inicial)”<sup>58</sup>

<sup>57</sup> SILVEIRA, Éder. Tupi or not tupi: Nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009. p. 108.

<sup>58</sup> R.IHGB, Rio de Janeiro, tomo I, 1838. p. 13.

Januário da Cunha Barbosa enuncia uma fórmula consagrada, com uma inversão de termos pouco usual na Revista do IHGB, mesmo tratando-se de um tema tão repetido: descreve como beneméritos não somente os heróis da história, os grandes homens protagonistas das narrativas memorialistas de diversos gêneros textuais, mas também o próprio historiador que escreve estas produções historiográficas. Confirma uma presumível aproximação, antes implícita: os ilustres a serem salvos do esquecimento do tempo, que terão suas vidas eternizadas na palavra escrita, são aqueles que os escritores viam como pares, não num sentido necessariamente classista ou estritamente aristocrático. Beneméritos são aqueles, quase sempre letrados, que se destacam pelo papel que cumpriram em prol da nação.

A grande elite figurava de forma obrigatória neste panteão de ilustres, pelo renome e familiaridade que seus conhecidos membros possuíam – a despeito de seus feitos ou a falta deles. Porém, também havia espaço, de acordo com a seleção do orador/historiador e seus critérios, para homens de origem modesta. Porto-Alegre não se furtara de biografar negros, escravos, criolos e analfabetos, artesãos que descreverá enquanto artistas nacionais do período colonial. Criara, em seu texto historiográfico uma gênese da expressão cultural brasileira anterior à vinda da Missão Francesa, portanto livre de sua influência – mas para isso precisara “omitir” o status que tal produção possuía em sua época, bem distinta do que poderia ser considerado enquanto arte no século XIX<sup>59</sup>.

Uma representação com a qual estes letrados se identificavam - ou na qual se projetavam - era de beneméritos, grandes homens ilustres, distintos por seus feitos e conhecimentos. Percebiam-se enquanto heróis civilizados que agiam sempre em prol da nação, construindo, defendendo e consolidando-a<sup>60</sup>. Enquanto criavam um panteão de selecionados membros, estes escritores viam-se realizando concomitantemente uma missão hercúlea: a de alçar-se à condição de benemérito e assim garantir sua nobre imortalidade memorialista. Não somente o herói militar, o político consciencioso ou o generoso nobre figuraria no panteão nacional, os homens de letras que pavimentavam o caminho do progresso com suas palavras também deveriam ser alçados a condição de ilustres a serem celebrados e rememorados.

---

<sup>59</sup> Quanto à invenção de uma tradição/escola de pintores cunhada por Porto-Alegre, ver SQUEFF, Leticia. *Quando a história (re)inventa a arte: a Escola de Pintura Fluminense*. IN: Rotunda. No01. Campinas: abril, 2003. Disponível em: <http://www.iar.unicamp.br/rotunda/rotunda01.pdf> Acesso em: 06 de Jul. 2011. (p. 19-31)

<sup>60</sup> Quanto as condições de popularização do conceito de benemérito, bem sua nova acepção na transição do século XVIII para o XIX ver OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2011.

As letras, a diferenciação pelo conhecimento cultural – ou ao menos sua demonstração retórica através de citações de autores antigos, conversação e uso de expressões consagradas em latim e francês – eram uma distinção dos letrados frente ao mar de analfabetos. Porém, internamente, haviam aqueles que possuíam maior ou mais refinada erudição européia, além de alguns que conseguiam apropriar-se destes saberes para talhar sua escrita, produzindo poesias, romances, peças teatrais. Dentre os letrados, havia literatos ou homens de letras. Não eram necessariamente bacharéis, mas alguns destes lançavam-se mais seria e longamente na empreitada literária. Tampouco vinham de algum extrato específico em termos de posses, acúmulo de capital ou tradição familiar. Há, sim, uma ânsia de setores menos favorecidos em ascender através do uso das letras, mas esta não é uma regra nem uma tendência de tamanha força que valha a consagração em fórmula. Há homens de extremos recursos, membros de linhagens abastadas, que também se tornam literatos, a despeito dos vencimentos não lhes serem tão lucrativos – o caso mais emblemático talvez seja o de Joaquim Nabuco. Segundo Letícia Squeff:

” (...) vale ressaltar a dificuldade de estabelecer diferenças rígidas entre homens de letras e “bacharéis”. Numa sociedade marcada por uma cultura livresca, (...), mesmo cursos como o de medicina ou direito tinham enfoque livresco e genérico. (...). Assim, os homens de letras não conformavam um grupo que se diferenciava do resto da “elite” em termos de formação ou atividade profissional. Podiam ser bacharéis como José de Alencar, ou médicos formados, como Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida. Alguns também foram autodidatas. O que os diferenciava dos demais funcionários do Império era, portanto, um traço bastante tênue – que, no entanto não deixa de ser importante.

Tais homens definiam a si mesmos segundo uma perspectiva semelhante. Viam-se como homens que, a despeito das atividades díspares que realizavam, tinham uma missão vinculada às artes e à literatura.”<sup>61</sup>

Logo, *homem de letras* não se constitui enquanto representação conceitual de um grupo oposto ou exógeno ao da elite, tanto cultural quanto política. Tampouco é uma oposição ao *bacharel*, mas cabe ressaltar que não correspondia somente e/ou inteiramente a estes grupos.

---

<sup>61</sup> SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 58.

Havia homens como Paula Brito<sup>62</sup>, o qual viera de uma família modesta – fato evidenciado pela adoção do sobrenome materno – e fora alfabetizado por seu avô, o sargento de milícia Martinho Ferreira de Brito. Paula Brito tornar-se-ia um dos maiores editores e impressores do Rio de Janeiro, tendo sustentado seus negócios de 1831 a 1848 enquanto única tipografia que não recebera apoio do Estado. Após este período, Dom Pedro II torna-se acionista e a antiga *Typographia Imparcial* passa a chamar-se *Imperial Typographia Dous de Dezembro*<sup>63</sup>. O exemplo aqui não visa evocar uma lógica do *self made man* ou afirmar uma mobilidade social exacerbada que não existia no período estudado, mas somente ilustrar a possibilidade de alguns casos de alfabetização que ocorriam fora das fileiras da elite.

Literatos, então, serão aqui considerados como aqueles que possuíam uma cultura livresca e costumavam escrever textos literários. Trata-se, novamente, de uma designação correspondente às práticas e atuações, não a um grupo de condição e mentalidade determinada por sua proveniência ou colocação social. Uma de suas particularidades que torna passível de identificá-los é a sociabilidade e circulação em locais específicos. Existiam lugares, estabelecimentos e instituições que lhes eram próprios, característicos da convivência entre aqueles que se dedicavam à literatura. A Rua do Ouvidor, com suas livrarias francesas, a livraria de Mongie, a Sociedade Pentalógica que se reunia na loja de Paula Brito<sup>64</sup>, as festas que Aureliano Barbosa e sua esposa davam na Quinta da Joana, e as reuniões literárias na casa do mordomo Paulo Barbosa (responsável pelo planejamento das liturgias oficiais), eram os locais que congregavam o grupo de Porto-Alegre e Magalhães, a *Panelinha de São Cristóvão*<sup>65</sup>. Fruto do grupo que se reunira entorno de Evaristo da Veiga, o qual financiara as viagens de estudos de Torres Homem, Paula Cândido, Freire Alemão, dentre outros, conformava literatos que partilhavam um semelhante conteúdo programático, ou sabiam conviver com as diferenças entre si e agir coesamente em prol da defesa de seus interesses e obtenção de benesses junto à Coroa. Porém, tal qual o jogo entre *saquaremas* e *luzias*, a *panelinha* perderia as regalias com a mudança da chefia de gabinete encadeada pela morte do Marquês do Paraná, em 1865. A perda de apoio e do respaldo que a proteção advinda de um político mais influente e próximo de Dom Pedro II levaria Porto-Alegre,

---

<sup>62</sup> Para mais detalhes da trajetória de Paula Brito ver HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: EDUSP, 1985. p.82

<sup>63</sup> Referência aos aniversários de Paula Brito e Dom Pedro II, ambos, coincidentemente, no dia dois de dezembro.

<sup>64</sup> HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: EDUSP, 1985. p. 80.

<sup>65</sup> SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 73.

diretor desgostado e isolado da Academia Imperial de Belas Artes, a renunciar de seu cargo de chefia.

Tais grupos se constituíam por laços de amizade, vínculos de proteção mútua e uma proximidade das propostas programáticas na literatura e belas artes entre seus membros. Ocupando o lugar do *drinking and brawling*<sup>66</sup>, os homens de letras tinham seus acalorados debates, os salões, as conversas nas livrarias e o consumo de insumos que na época não era tão comuns – Porto-Alegre cita um baile na Quinta da Joana que teria sido salvo pelo sorvete<sup>67</sup>. O estreitamento de laços era dado pelas propostas semelhantes, por uma *poética nacional* consonante entre seus membros, que trocavam cartas, fumavam cigarros, debatiam a história das artes e defendiam uns aos outros. Os posicionamentos frente às questões políticas e culturais possuíam um peso definidor de alianças, das crenças e do valor destes literatos, ao ponto de gerar inimizades e até mesmo impedir um convívio mais ameno num evento social.

Os beneméritos da nação concorriam entre si, formavam seus grupos e não se furtavam de opor-se aos dissonantes de suas propostas estéticas e políticas. A despeito destas rixas e da condição financeira não tão proeminente, ainda assim reconheciam-se enquanto letrados e assim obtinham uma distinção de cunho nobiliárquico:

“Ao literato já não pertence essa existência secundária na ordem social, essa vida de um crepúsculo que só depois da morte se devia engrandecer: os serviços intelectuais do ministério das ideias foram nivelados com os outros elementos civilizadores, e a sua glória igualada a do general, do magistrado e do estadista; os elos de cadeia civilizadora se acham entrelaçados fraternalmente, e caminhando para a mesma direção. (...) o literato, até agora colocado na esteira secundária da ordem social, se erguerá da mesa, tendo na mão as suas obras, olhará em torno de si, e dirá... também eu sou homem; também eu me posso sentar diante do Soberano! As minhas obras são os meus títulos de nobreza”<sup>68</sup>

<sup>66</sup> Importância das brigas e bebedeira no estabelecimento de vínculos entre os estudantes das faculdades de direitos, ressaltada por KIRKENDALL, Andrew J. *Class Mates – Male student culture and the making of a political class in 19th century Brazil*. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 2002.

<sup>67</sup> Transcrevo a descrição: “Foi num desses saraus que pela primeira vez apareceram os sorvetes, e estes sorvetes, Senhores, diluíram muitos ódios, aplacaram muitas raivas e acalmaram muitos ressentimentos; porque até ali as famílias se pareciam como tribos rivais, ou encerradas no círculo traçado pelas suas opiniões e interesses”. PORTO-ALEGRE, Apud SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. pg. 74.

<sup>68</sup> R.IHGB. Rio de Janeiro, tomo 12, 1849. p. 556.

A distinção nobiliárquica das letras era notória, evidente e enunciada. A nobreza adquirida, tão familiar aos portugueses, costumava ser um presente destinado aos exploradores e conquistadores que prestavam serviços à Coroa, aos que ajudaram a desbravar, dominar e manter um novo território. A nobreza dos literatos não possuía uma lógica tão diferente, já que estes, com suas penas, defendiam a integridade nacional e desbravavam uma identidade nacional que era descrita enquanto uma paisagem natural, a ser apreendida, descrita e divulgada.

## 1.2 Intelectuais do Estado e da Nação: funcionários públicos?

O número de diplomados, pequeno se tomado enquanto dado bruto, era demasiado frente à oferta de postos e as possibilidades de inserção. Havia também um interdito proveniente do escravismo, dado intrínseco do Império Brasileiro: trabalhar no comércio ou em ofícios que exigissem esforços físicos e braçais era interdito para aqueles que se pretendiam distintos. O inchaço do funcionalismo público era uma forma de incorporar este excedente improdutivo que não possuía terras ou recursos suficientes para prover-se e tampouco conseguiria inserção no insipiente mercado de trabalho brasileiro. O caso do Rio de Janeiro era mais emblemático: reunia um terço dos funcionários públicos do país<sup>69</sup>.

José Murilo de Carvalho e Manuel Salgado Guimarães<sup>70</sup> consideram que todo homem de letras era um funcionário público, apoiados em diversos casos conhecidos e dados estatísticos. É preciso ressaltar, porém, os diferentes postos. Os homens de letras eram funcionários públicos, mas muito raramente burocratas ou grandes estadistas. Machado de Assis escrevera que o poeta e o escritor de imaginação ferosa tinham logo sua inteligência sepultada pelas cinco horas diárias que tinham de se submeter em alguma repartição pública, copiando documentos, se submetendo a tal pequenez para não morrer de fome<sup>71</sup>.

Porto-Alegre buscara atividades nas quais sua criação artística poderia coexistir e ser incentivada pelo cargo que desempenhava. Professor de desenho na Escola Militar, catedrático de

<sup>69</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. e SQUEFF, Leticia. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

<sup>70</sup> Respectivamente CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. e GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

<sup>71</sup> ASSIS, Machado de, Apud, SQUEFF, Leticia. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

pintura histórica na AIBA, pintor imperial, possuía o raro privilégio na época de estar inserido dentro de sua atuação. Porém, seus ganhos salariais eram equivalentes ao que, dentro de um levantamento realizado por José Murilo de Carvalho, corresponderia a *burocracia proletária*<sup>72</sup>.

A despeito do disseminado hábito entre os letrados de escrever poesias, contos e manifestos, nem todos o faziam enquanto meio de ascensão a uma carreira de literato ou visando com tais produções ganhar seu sustento. Em contrapartida, havia homens de letras que desdenhavam das carreiras burocráticas e atuavam parcamente no serviço público, sem privilegiar a função empregatícia que exerciam quase que exclusivamente para garantir um soldo regular. Dentre estes literatos que pretendiam tornar sua atuação literária em profissão e sustento, havia aqueles que o faziam em prol da Nação e/ou do Estado. Designar-lhes-ei enquanto *intelectuais*, numa utilização genérica e ampla do termo<sup>73</sup>.

A especificidade destes intelectuais é sua inserção, vinculação cúmplice, na edificação de uma ideia da nação, buscando adorná-la através dos símbolos que a identificariam por lhe serem próprios, dotados de sua *cor local*. Poderiam fazer isso sob a proteção, tutela e patrocínio da Coroa – tal qual Porto-Alegre, Gonçalves de Magalhães e sua *Panelinha de São Cristóvão* – ou de forma mais ou menos autônoma em relação ao Estado, como fora inicialmente José de Alencar.

Importante para a frágil sustentação econômica destes intelectuais serão as relações de mecenato. Por vezes emanavam do próprio Imperador – como a que propiciara a escrita da *Confederação dos Tamoios*, bem como o emprego de Porto-Alegre enquanto pintor imperial – noutras de alguns nobres, influentes políticos ou grandes comerciantes – tal qual Plancher e Paula Brito. A imprensa e a publicação de livros, mesmo não sendo de uma lucratividade que propiciassem conforto ou segurança financeira, incentivavam estes homens, ávidos por tornarem-se escritores, a lançarem-se nesta temerosa empreitada de viver através das letras no Império.

---

<sup>72</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 133.

<sup>73</sup> O termo intelectual enquanto conceito bem delimitado é mais aplicável ao século XX, para Christophe Charles e outros autores franceses é a partir do *Affaire Dreyfus* que surge, na França, a constituição de um grupo de intelectuais. Caberia também abordar o *intelectual orgânico* de Gramsci, o qual não parece aplicável a realidade brasileira por não tratar-se de uma intelectualidade que surge espontaneamente no seio de um novo grupo que ascende. Caso os intelectuais brasileiros tenham algo de orgânico, não seria em relação aos produtores escravistas rurais, mas à Nação. Tal debate, porém, é demasiadamente complexo e longo, sendo inviável abordá-lo na presente dissertação, muito menos em uma nota de rodapé. Ver GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Segundo Marcio Luiz do Nascimento, aquela que nomeamos comumente de primeira geração romântica, dos contemporâneos de Porto-Alegre, valeu-se de um último momento de multiplicidade produtiva<sup>74</sup>. Escreviam peças de teatro, poesia, biografias, memórias históricas, podendo valer-se de uma gama mais variada de atuações quando as oportunidades escasseavam em uma delas. A posterior especialização da burocracia seria acompanhada, segundo o autor, de um movimento semelhante no campo artístico e literário, acentuando a contradição entre funcionário público e literato/intelectual, estreitando seu campo de (cri)ação e tornando a inserção no mercado mais difícil. Marcio do Nascimento estudara os letrados de Recife em sua tese, tecendo um julgamento quanto à condição dos homens de letras da Corte fluminense distinto daquele que Letícia Squeff e outros autores: considera exitosa a trajetória destes literatos, de pouca turbulência e privilegiada por uma segurança financeira. Comparados aos *intelectuais periféricos* enfocados pelo autor, não parece absurdo considerar que os primeiros românticos obtiveram melhor sorte. Porém, cabe ressaltar que somente no momento final de suas vidas Varnhagen, Gonçalves de Magalhães e Porto-Alegre tornaram-se diplomatas, depois de viver em média até os cinquenta anos numa situação de quase miséria, pois além de seus ganhos figurarem entre os menores salários, despendiam considerável parte destes não só com sua família e subsistência, como também no autofinanciamento de alguns de seus projetos artísticos-literários que não encontravam patrocinadores. A usual reiteração historiográfica da trajetória sofrida e de luta contra a miséria que estes homens de letra teriam travado é fruto, em parte, da documentação pessoal e íntima destes escritores, que constantemente queixavam-se de suas malogradas condições financeiras. Doutra parte, provêm da própria comparação destes com um grupo mais abastado e de menos turbulências, ao menos em relação aos literatos: os bacharéis e a elite política<sup>75</sup>. A autovisão de uma vida sofrida e de poucos recursos financeiros era, para além da tópica romântica de motivos retóricos, fruto do da grande concorrência, dos poucos postos de trabalho e da dificuldade em sustentar-se somente pela produção bibliográfica, de uma sociedade escravocrata com poucos postos de trabalho assalariado e com claros inchaços no funcionalismo estatal-burocrático.

---

<sup>74</sup> NASCIMENTO, Márcio Luiz do. *Primeira geração romântica versus Escola do Recife: trajetórias intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 2010. p. 75.

<sup>75</sup> Ressaltando que, mesmo dentre estes bacharéis, muitos não conseguiam inserção em altos postos e tornavam-se *burocratas proletários*.



Os homenageados por Porto-Alegre, organizados pelos anos em que os necrológios foram publicados numa sessão à parte, alguns depois de serem lidos em anos anteriores nas atas, foram:

**1844** - Bartolomeu Pacca, Robert Southey, Martins Francisco Ribeiro de Andrada, José Silvestre Rabello, Diogo Kopke, Roque Schuch, Antônio Pereira de Araújo Pinto, João Benedito Gaspar Giffing, Maximiano Antônio da Silva, Tibúrcio Antônio Gaveno, Martim Fernandes de Navarrete, José da Silva Guimarães, Luiz Gonçalves dos Santos;

**1848** - Januário da Cunha Barbosa, Antônio Francisco Dutra e Mello, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, José de Santa Eufrazia Peres, José Luís de Freitas, Antônio Marques de Sampaio, Estevão Rafael de Carvalho, Visconde de Itabaiana (Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa), Wenceslau Antônio Ribeiro, José Ricardo da Costa Aguiar e Andrade, Jean-Baptiste Benoit Eyriès, Bernardo Jacinto da Veiga, Antônio Navano de Abreu, Barão de Planitz (Carlos Roberto Planitz), Joaquim Gonçalves Ledo, Francisco de São Luís, Manuel Jacinto Nogueira da Gama, Marquês de Lages (João Vieira de Carvalho), João Evangelista, Francisco Alvares Machado, Visconde de São Leopoldo (Pinheiro Fernandes Martins)

**1852** - Bernardin de Saint Pierre, Jean-Baptiste Debret, Francisco de Paula Souza e Mello, José Antônio Lisboa, José Joaquim da Rocha, Marquês de Maricá (Mariano José Pereira da Fonseca), José Domingues de Ataíde, Venceslau Antônio Ribeiro, Tomé Maria da Fonseca Silva, Júlio Frederico Koeler, José de Araújo Coutinho, Januário Varella, Florêncio Varella, Marquês de Paranaguá (Francisco Vilela Barbosa), José Marcelino da Rocha Cabral, Luiz Augusto May, Antônio José da Paiva Guedes de Andradas, João José de Moura Magalhães, Antônio Ladislau Monteiro Baena, Antônio José de Paiva Guedes de Andradas, Manoel José Pires da Silva Pontes, Paulo da Conceição Moura, Jacinto Toque de Senna, João Antônio de Azevedo, Marquês de Maricá (Mariano José Pereira da Fonseca), Francisco Agostinho Gomes, José Marianno da Conceição Veloso, José Pinto de Azevedo, Baltazar da Silva Lisboa, Januário da Cunha Barbosa, Robert Southey, Raimundo José da Cunha Mattos, Saturnino de Souza e Oliveira

**1853** – José Antônio Marinho, José de Assis Alves Branco Muniz Barreto, José de Paiva de Magalhães Calvet, Rodrigo de José, Saint-Hilaire, Francisco da Lima e Silva

**1854** - José Clemente Pereira, João de Siqueira de Tedim, José Manuel Valdez y Palácios, Barão de Walkenaer (Charles Athanase);

O perfil é semelhante ao corpo social do Instituto, o qual já fora traçado por Manoel Salgado Guimarães: funcionários do estado, membros do clero, militares, alguns barões, senadores e ministros, muitos deputados e advogados, alguns médicos. Alguns escritores literatos, alguns estudiosos de ciências naturais, muitas vezes ambos. Os perfis são múltiplos e entrecruzados, marca da diversidade de atuações.

Procurei esboçar neste capítulo, de forma tímida, distinções entre os letrados e sua multifacetada atuação, focando-me nos seus atos e na forma que utilizavam a escrita. Tal qual uma elite que vêm sendo requisitada enquanto multifacetada pela historiografia mais recente, os letrados também foram dotados de uma rica gama de diferenciações. Não se tratavam aqui de grupos distintos ou excludentes, conceitos antitéticos ou opostos: são antes como conjuntos matemáticos que possuem intersecções diversas. Haveria no ambiente imperial, principalmente em sua capital:

a) **Letrados** – grupo de pessoas alfabetizadas e que manejavam tal perícia com mínima desenvoltura. Predominantemente formado pela elite, sem excluir alguns libertos, escravos, libertos e pessoas provenientes de famílias humildes, que mesmo não figurando um número de peso dentre os letrados, possuíam sua relevância.

b) **Escritores engajados e/ou polemistas** – aqueles dentre os letrados que faziam uso de sua escrita em publicações impressas de maior circulação, tal qual folhetins, panfletos e jornais. Utilizavam-se de um campo de discussão pública – restrito aos limitados homens que tinham acesso a estes meios de comunicação – para defender posicionamentos ou ideais aos quais estavam engajados e/ou valendo-se de uma polêmica para alçar seu nome dentre letrados mais proeminentes e conhecidos.

c) **Homens de letras (literatos)** - homens que pretendiam fazer da produção literária, historiográfica e artística seu sustento, atuação e atividade profissional. Alguns bacharéis, médicos, políticos e estadistas possuíam produção literária, variando dentre estes casos a condição financeira e, conseqüentemente, a necessidade de obter sustento através de sua produção.

d) **Intelectuais a serviço da Nação e/ou do Estado** – Homens de letras que majoritariamente atuavam enquanto escritores engajados (ou polemistas) que buscavam não só ganhar a vida através das letras, como também dedicar sua produção à consolidação do nacional e/ou a consolidação do Estado brasileiro. Estavam vinculados à Corte, à políticos e propostas

programáticas de arte e literatura, o que lhes influenciava o que poderiam ou não enunciar, bem como quais formas de expressão lhes seriam mais adequadas. Seus trabalhos possuíam caracteristicamente contornos civilizacionais, procuravam empregar uma estética e temática que coadunassem com seus projetos cívicos e políticos.

Não se trata de um levantamento exaustivo ou total das possíveis atuações. A figura de Porto-Alegre norteia a escrita e as reflexões aqui presentes, tanto em suas atuações como em sua forma de pensar as letras e seus colegas de ofício. O conjunto de conceitualizações apresentadas não se pretende um quadro total de categorias, estratos ou classes coesas e únicas, grupos fechados e determinados de um comportamento específico: são atuações distintas de usos da palavra escrita dentro de um contexto muito específico, a capital imperial durante o segundo reinado, mais especificamente seu início, até a década de 1870. O Barão de Santo-Ângelo fora tudo isso, um homem de letras que se engajava publicamente nas causas que suportava, um intelectual a serviço da construção da Nação brasileira e defensor do Estado Imperial, bem como da figura do monarca Dom Pedro II. Mas, ao mesmo tempo, fora muito mais do que estas alcunhas nos permitem sintetizar, o que evidencia a eterna contingência dos historiadores: a de não poder ignorar as trajetórias, os traços mais discretos e diminutos das narrativas, que estão ricos não só de detalhes, mas também do que fora a vida destes homens que experienciaram o passado que tentamos compreender. O risco que se assume ao deixar estas minúcias para trás é o de não defrontar-se com a necessidade de explicar pequenas incoerências, que longe de refutar ou destruir as grandes reflexões e teorizações, lhes lançam novas perguntas que podem pavimentar as discussões necessárias ao seu refinamento.

## 2. AS ESCRITAS DA MEMÓRIA: O NECROLÓGIO ENTRE A BIOGRAFIA E A HISTÓRIA

*“Sabe que sofre, mas o que não sabe  
É que essa mágoa infinda assim, não cabe  
Na sua vida, é que essa mágoa infinda  
Transpõe a vida do seu corpo inerte;  
E quando esse homem se transforma em  
verme  
É essa mágoa que o acompanha ainda!”  
(Eterna Mágoa – Augusto dos Anjos)*

Acompanha o homem não só uma eterna mágoa. O silêncio e o desconhecido acompanham-nos em vida e no *post mortem*. As verdades não reveladas, talvez, não sejam respondidas com a ida ao túmulo, persistem – tanto para nós quanto para os mortos, serão sempre desconhecidas.

O gênero biográfico e os necrológios procuram responder, ambos, uma mesma pergunta: qual o significado, qual o peso de uma vida? Não uma vida qualquer, não uma vida ideal: uma existência em particular. Seriam as diferenças entre um necrológio e uma biografia de ordem puramente textual, de gêneros literários e suas regras, mas que ao final ordenam e justificam suas narrativas através de conteúdos e objetivos semelhantes? O presente capítulo apresentará um paralelo, comparações de quando a escrita da morte e a escrita da vida aparentemente deixam de lado suas diferenças, quais são suas proximidades e distanciamentos, que regras tácitas lhes são comuns.

O elogio fúnebre de caráter histórico era muito próximo ao gênero biográfico mais curto e conciso das biografias publicadas na Revista do Instituto. A biografia, por si, já era semelhante à historiografia: “(...) pode-se afirmar que, no Brasil do século XIX, gênero biográfico e história nacional caminharam lado a lado”<sup>76</sup>. Os escritos biográficos e historiográficos publicadas nos primeiros anos da Revista do IHGB, aparentemente, não estavam separados por um abismo epistemológico – quando um dos historiadores mais influentes do IHGB se responsabiliza por escrever biografias em sequência, percebe-se, ao menos, que este não se tratava de um ofício considerado menor ou menos reconhecível. O necrológio, em si, carrega relações com ambas: a escrita da história e das vidas. Quais suas semelhanças e distinções com a escrita biográfica e

---

<sup>76</sup> SANTOS, Evandro dos. *Tempos da Pesquisa, Tempos da Escrita: A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873)*. Dissertação (mestrado) – Porto Alegre, 2009 (citação p. 23).

quais suas particularidades na sua relação com a escrita da história? Os necrológios situam-se de que forma perante os outros gêneros? É um gênero biográfico, um discurso retórico...? Qual seu valor para compreender a produção historiográfica de uma época? O presente capítulo visa traçar algumas possibilidades de resposta frente estes questionamentos intermitentes, que provavelmente acompanharão inúmeros outros historiadores futuramente. A historiografia estará inserida na reflexão do presente capítulo em suas similitudes com a biografia para, no terceiro capítulo, ser comparada com os necrológios no que possui de mais particular e íntimo em sua relação com os elogios fúnebres.

## 2.1 A escrita da vida e da morte

“Nenhum sistema é de fato suficientemente estruturado para eliminar toda possibilidade de escolha consciente, de interpretação ou manipulação das regras. Assim, a biografia constitui o lugar para se verificar a liberdade de que as pessoas dispõem e para se observar como funcionam concretamente os sistemas normativos”<sup>77</sup>

O necrológio da revista do IHGB, ao contrário, pretendia afirmar a predestinação de vidas dedicadas ao trabalho, à ordem, à nação, à construção e coesão de um sistema normativo específico. Os elementos dessa vida que não apontassem para essa direção eram ignorados ou devidamente explicados enquanto desvios.

Há dois sistemas normativos no cenário narrado por estes elogios: a Providência e a Nação. A mão de ambas era a responsável pela fortuna e pelo reconhecimento, eram o campo verdadeiro no qual os cidadãos dedicariam suas vidas. O comprometimento institucional com o Império e o fatalismo romântico dos necrológios comprometem por inteiro qualquer possibilidade de verificar resistência ou liberdade nestas narrativas.

O necrológio<sup>78</sup> é um elogio fúnebre. O termo, entre o século XVIII e XIX, está aparentado às eulogias e exéquias, nomenclaturas marcadamente cristãs para a exaltação do falecido e os últimos ritos, como a encomenda da alma. A oratória fúnebre ocidental possuía um forte cunho religioso e costumava ser uma incumbência eclesiástica, sendo as honras escritas e declamadas

<sup>77</sup> Levi, G. “Os usos da biografia”. In: Ferreira, M. M.; Amado, J. Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996, p.167-82.

<sup>78</sup> O necrológio é um dentre diversos gêneros no qual fúnebre se manifesta. A temática fúnebre lança suas letras em diversas formas, nas notas fúnebres, notas de falecimento, exéquias, dentre tantas outras.

por padres, monges, membros do alto clero, de ordens ou irmandades. Algumas tentativas de uma análise decretam que ainda se desconhecem as funções sociais desempenhadas por tais escritos. A afirmação ignora a integração do gênero com os últimos cuidados que o corpo recebia, com a ritualística funerária e, principalmente, seu papel crucial na tranquilização perante a morte, e conforto durante o luto e a promessa de rememoração póstuma. O não cumprimento dos ritos apropriados acarreta, num funcionamento curiosamente típico para diferentes sistemas religiosos dos mais diversos lugares e povos, uma não totalidade da morte, com a permanência daquilo que genericamente é denominado de alma ou espírito no mundo terreno. A origem quase supersticiosa do mecanismo persiste numa lógica secularizada na forma de necessidade de sepultar enquanto um sentido existencial-narrativo, de dar uma vida por encerrada<sup>79</sup>.

O necrológio torna-se um gênero periodista, em parte, por um movimento de laicização. Os elogios fúnebres eram, em grande maioria e quando de certa importância social, escritos e declamados por religiosos. A secularização da morte, do morrer enquanto ato fúnebre que envolve desde o repouso final do corpo até os ritos que envolviam funeral, luto e as últimas honras, passou por diversas mudanças. Não só o local de enterramento, a liturgia, como a própria palavra sobre a vida que tivera o falecido e seu significado começava a possuir um traçado laico e, neste caso em particular, estava sendo institucionalmente reivindicada. O IHGB, o Império e seu órgão histórico, sob sua chancela de cientificidade, clamava pela palavra para declarar em voz alta quem eram os beneméritos e como viveram. A semelhança dos elogios publicados na Revista com as antigas eulogias régias, escritas por religiosos que exaltavam uma pátria e sua monarquia, se dão pelo tom excessivamente oficial e decoroso, pelas homenagens nobiliárquicas, as expressões rebuscadas e as lamentações que jogam com a sacralidade e o profano. Há indícios, porém, de um princípio de traços republicanos, cívicos, ao exaltar o cidadão, a ciência e alguns homens mundanos. Os necrológios estudados no presente trabalho possuíam elementos chave de necrológios que lhes antecederam, bem como já prenunciavam o início de sua secularização. A

---

<sup>79</sup> O livro K., misto de história e ficção, o “relato [ficcional, mas empiricamente embasado] de uma busca”, demonstra a busca de um pai por sua filha, desaparecida durante a ditadura. Após alguns anos, a narrativa mostra um pai já cioso que a filha não sobrevivera, mas que continua uma busca incessante por seu corpo. Recebia diversas pistas, sabendo que várias delas eram falsas, plantadas pelo governo, bem como pelo braço civil da ditadura, mas não podia ignorar a menor possibilidade de talvez encontrar os vestígios finais de sua existência. O homem tenta, inclusive, um túmulo simples à sua filha – uma matzvá judaica –, que lhe é negado pelo rabino pela ausência de corpo, bem como por se tratar de uma subversiva, indigna da honra religiosa e de ter morada final no solo sagrado, mesmo que seja somente uma sepultura simbólica, vazia. A narrativa dá uma dimensão da intranquilidade e amargor que a falta de sepultamento causa nos próximos ao falecido, na sua importância enquanto fator de encerramento de uma vida. KUCINSKI, B. K.: *Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

proeminência que mais transparece em sua retórica e estilo, porém, é a que lhe aproxima das antigas orações fúnebres declamadas nas exéquias a serem celebradas por ordens reais<sup>80</sup>. Estes foram os modelos, os textos consagrados que rendiam exemplo à como escrever um elogio fúnebre.

Os necrológios da Revista do IHGB eram extensos. Os discursos fúnebres estão, em sua grande maioria, conectados à obrigação do elogio. Há diversos fatores que sustentam o decoro; o período de luto, a dor dos familiares, a manutenção da figura pública/institucional. O necrológio é, tipicamente, um gênero periodista. A afirmação remonta a tradição na qual a escrita dos elogios fúnebres se firmou a partir do final do século XVIII e início do XIX e aparenta estar atrelada a processos mais amplos de secularização do domínio sobre o campo mortuário e fúnebre. A maneira na qual é formatado, apresentado e arquitetado no IHGB, porém, o distancia do padrão do gênero, pelo já referido tom nobiliárquico que o aproxima das eulogias régias, mas também por sua pretensão historiográfica.

A proximidade com a historiografia da época, a biografia, a falta de padrão ou limite de páginas, bem como a presunção de uma cientificidade mínima distam estes necrológios daqueles encontrados na imprensa tradicional. O caráter periodista da Revista do IHGB se expressa de uma forma muito particular, sendo uma publicação mais semelhante a uma revista científica que a um jornal, panfleto ou outro tipo qualquer de revista. Percebe-se que, além de não possuir um título preciso e constante, - variando de Elogio Fúnebre, Elogio Histórico, Necrológio – nem uma sessão específica (por vezes os necrológios estão transcritos nas atas das reuniões, sem estarem anunciados ou especificados), o necrológio varia em seu número de páginas, de detalhes e profundidade que nos revela sobre a vida dos homenageados. Há pessoas que tem seu nome meramente citado, seguido de adjetivos um tanto quanto vagos, como “homem probo e facultativo caridoso”, tudo que Porto Alegre tem para nos dizer sobre João Antônio de Azevedo<sup>81</sup>. O necrológio é tomado como um gênero próprio ao periódico, o que não se expressa contrariamente à sua presença na Revista do IHGB. Porém, não era publicado com periodicidade nem possuía um número preciso de páginas. Alguns homenageados recebiam longos textos, por vezes um único falecido ocupava toda a sessão, enquanto outros acabavam dividindo o espaço

---

<sup>80</sup> Os exemplos mais célebres seriam dos elogios tecidos por Bossuet, bem como as Orações realizadas aos Bourbons nos séculos XVIII e XIX.

<sup>81</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Discurso do Orador o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre*. Tomo XV, 1852 p. 520-552 (citação p.530).

com mais dois, três, ou até mesmo uma dúzia homenageados. Havia, até mesmo, aqueles agraciados somente por um parágrafo, no qual se descrevia sinteticamente a atuação do benemérito, necrológios sucintos geralmente ornados por um ou dois elogios genéricos. É o caso, por exemplo, de Joaquim Franco de Sá, o qual fora:

“(...) um homem de grandes talentos, e de uma sensibilidade extraordinária. A ele não podemos explorar o que se pode a maior parte de nossas notabilidades, que morreu sem nos deixar um documento da sua perícia: o senador Franco de Sá nasceu, e a sua vida foi um contínuo sofrer: o que nele devemos admirar é a sua força d’alma”<sup>82</sup>

Porto-Alegre demonstra, neste trecho, o ápice de sua retórica mortuária. Franco de Sá tem sua existência retratada enquanto mimesis de seu infeliz destino não documentado. Não sabemos nada de sua vida, nada relegara à sua existência pós-morte, não há letras que lhe lancem luz, um destino final assim é demonstrativo do seu “contínuo sofrer” na própria vida. A força da alma é vaga e abstrata, única palavra que poderia ser lançada para um ilustre benemérito anônimo. Recorrer à alma era o último recurso, um elogio genérico que poderia ser dirigido a qualquer um, uma exaltação que naquele contexto poderia ser feita a qualquer um daqueles que não chegaram a fazer a História – a forte e ambígua metáfora, que seria aproveitada para aproximar aqueles que faziam a História avançar com suas ações àqueles que perduravam tais atos com suas palavras.

A principal distinção do necrológio para a historiografia manifesta-se nas finalidades de cada um destes textos: o primeiro visa homenagear, prestar um elogio aos falecidos, enquanto o segundo possui uma pretensão (mesmo que, por vezes, sua realização seja mínima) de veracidade e isenção. O grande abismo que separa estes gêneros textuais pode ser muito mais teórico do que se pretende - frente à identificação de muitos historiadores com seus objetos de estudo –, mas ele não está expresso na diferença entre o necrológio e a biografia. Quando uma biografia adota um tom elogioso não se pode acusar o escritor de não cumprir com suas obrigações, a identificação e positivação do retratado não são concebidos enquanto interditos.

A execução e aceitação da parcialidade, porém, poderiam variar de acordo com o orador. A isenção da escrita necrológica é concebida de formas distintas para Manuel de Araújo Porto-Alegre e seu futuro sucessor, Joaquim Manoel de Macedo. O primeiro ainda credita traços

---

<sup>82</sup> *Idem*, p. 532.



científicos e de um incipiente método histórico aos elogios que escrevera, enquanto o segundo enunciava que

“O elogio acadêmico de um finado não pode ser uma biografia escrita com toda a severidade dos preceitos da história, porque nesta deve somente falar a justiça e naquela podem desafogar-se a estima e a saudade; em uma a imparcialidade sentencia, no outro a gratidão paga um tributo; sentença e tributo porém que são igualmente generosos e nobres quando nascem da consciência e firmam-se na verdade”<sup>83</sup>

A imparcialidade sentencia e a gratidão paga tributo: o homem de letras alterna-se entre um biógrafo ou orador, de acordo com o sentimento que invocava para sua produção, como uma musa que lhe guiasse a mão ao segurar a pena. Poderia, em ambas as execuções, estar assentado na verdade, não sendo então este o cerne de suas diferenças. Partindo de pontos diferentes, cada um dos discursos poderia proferir verdades sobre o passado, um importando-se com o que acontecera e livre de simpatia, o outro, procura quitar uma dívida através da expressão de agradecimentos. Histórico parece ser uma característica do verídico, permitindo que vários textos sejam historiográficos caso as produções memorialistas se embebedem na verdade.

Os necrológios, a despeito da falta de isenção ou pretensão de imparcialidade, não eram ficcionais e possuíam comprometimento com fatos e uma trajetória verdadeira. O apagamento da vida íntima e os mascaramentos da trajetória profissional dos retratados não eram tomados enquanto inverídicos ou deturpadores de uma narrativa verossímil. Maquiavam os tabus de uma vida social marcada pelo decoro, respeito da descrição, de um espaço público (num sentido não só espacial, como também de campo de discussões e publicações trazido pela imprensa) civilizado, que deveria estar pautado pelas artes, pela literatura e pela política. A despeito do comprometimento em ressaltar tão somente os atos dignos de glória executados exclusivamente no âmbito da vida pública, a escrita destes necrológios nunca prescindira de fontes. Momento aguardado, a morte costumava ser preparada ainda em vida – diversos letrados deixavam material autobiográfico destinado à confecção dos futuros elogios póstumos. O orador coletava estes *documentos* com os familiares, os quais também eram entrevistados em busca de maiores informações.

---

<sup>83</sup> MACEDO, Joaquim Manoel de Macedo, Discurso do orador o Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo RIHGB, Revista do IHGB. Tomo XXVI, 1863 (citação p. 925).

Porto-Alegre atesta sua legitimidade, a verdade e o caráter histórico de seu texto pelas fontes: “A uma das maiores notabilidades contemporâneas devo a sorte de não errar nos fatos, porque tudo quanto vos vou dizer d’este homem admirável está confirmado na história, e em documentos incontestáveis”<sup>84</sup>, segundo afirma no necrológio de José Clemente Pereira. Uma nota de rodapé saída da frase citada acima esclarece a procedência de tais fontes incontestes: notas e documentos fornecidos pelo senador Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara. Seriam notas autobiográficas que o falecido cedera ao senador, ou notas do próprio Eusébio sobre José Clemente? Que documentos seriam estes, referentes à quais períodos e atuações do homenageado? A única questão esclarecida pelo autor dos necrológios é que foram cedidos pela bondade do referido político.

O necrológio não era um texto historiográfico, mas condizia com o conhecimento histórico considerado cientificamente produzido na época, mesmo pertencendo a outro gênero. Seguiu os mesmos dispositivos, a mesma metodologia de fontes e testemunhos – sem lhes aplicar o mesmo rigor quando as interrogava, é necessário ressaltar. Não se trata, então, de enquadrar o necrológio enquanto um subgênero, uma variação de um conjunto maior. O elogio fúnebre valesse, especificamente nos casos aqui estudados, das características de outras formas de escrita: da histórica, da biográfica e dos discursos de tom elogioso. Uma intersecção entre os três, um conjunto que partilha entre si semelhanças e proximidades, o necrológio é um gênero múltiplo, próprio e particular, mas inserido num jogo de relações com gêneros “maiores” – mais difundidos, conhecidos e considerados mais “nobres”.

Afirmar o necrológio enquanto objeto de estudo da teoria da história é tomar o estudo da historiografia não só enquanto a pesquisa da produção de textos que intencionalmente remetem a eventos passados, mas também como um campo de estudo da relação do homem com o tempo, - como se formulavam as problemáticas do homem com o passado, suas preocupações com o presente, as projeções e possibilidades imagináveis de futuro. Neste sentido, os necrológios funcionam enquanto um índice de temporalidade, testemunho das construções simbólicas humanas que auferiam e interpretavam a significação da passagem do tempo num dos seus elementos mais expressivos: a morte.

---

<sup>84</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Discurso do Orador. Op. cit.*, Tomo XVII, 1854, p.51-86 do suplemento (citação p. 68).

A chancela do IHGB, instituição maior da História no Brasil imperial, elevava o status daqueles textos, sendo então elogios não só fúnebres, como também históricos. O necrológio apresentado no quarto tomo da Revista do IHGB, escrito por Diego Soares de Bivar, consta no sumário enquanto “elogio histórico”<sup>85</sup>. Parece claro e lógico que “elogio fúnebre” e “necrológio” sejam sinônimos, por mais que o primeiro ressalte o caráter elogioso do texto. “Elogio histórico”, porém, carrega o gênero com outras definições, ao menos implicitamente. O adjetivo histórico neutraliza o caráter parcial e a filiação cívica que o orador tecia entre estes homenageados e a nação, bem como a identificação entre pares que existia quando um letrado homenageava um benemérito.

Histórico e fúnebre, no presente caso, carregam diferenças, mas são usados de forma quase indiscriminada por uma razão nada arbitrária: o fúnebre só é digno de ocupar as páginas da Revista quando distinto e, conseqüentemente, histórico. A obrigação memorialista para com sócios e cidadãos ilustres, somadas à áurea histórica conferida pela publicação dentro da Revista do IHGB tornavam o luto institucional em expressividade historiográfica.

As narrativas seriam como as diversas histórias, componentes de uma história que ainda não passara pela unificação do conceito que lhe dota de singularidade maiúscula. Aquelas histórias eram nacionais, científicas e distintas em seu peso e valor, segundo o Instituto e a própria Coroa, auferindo a estes necrológios o maior grau de legitimação institucional/oficial possível dentro do seu contexto, mas ainda não eram a grande História una, filosófica, civilizacional.

Os necrológios escritos por Porto-Alegre eram de cunho fortemente biográfico. Local de nascimento, proveniência familiar, infância, instituições de formação e realizações públicas, políticas, militares, civis e religiosas eram descritas – em ordem cronológica. Há uma ausência significativa: a descrição física do homenageado, a qual, segundo Valdei Lopes de Araújo seria “parte obrigatória em qualquer elogio, [...] exemplo do tipo de imagem que se espera obter de uma *descrição histórica*”<sup>86</sup>. Raros traços corporais são mencionados, ocasionalmente, com um único objetivo: ressaltar a virtude e sua expressividade, explicitada usualmente no olhar e/ou semblante dos retratados.

---

<sup>85</sup> GOMES, Francisco Agostinho. *Elogio histórico*. Revista do IHGB, Tomo IV, 1842 p. 28-35.

<sup>86</sup> ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845)*. Tese (doutorado). PUC-Rio, Rio de Janeiro, abril de 2003, pg. 67.

Um dos poucos casos que fogem a tal recorrência é o de Santiago Nunes Ribeiro. Íntimo do orador, teve seus traços físicos descritos numa forma ampla e abstrata, sendo relacionados em grande parte com sua personalidade. A fragilidade e falta de beleza não lhe condiziam com o caráter, “Era triste de fisionomia, débil de voz, e frouxo no começar dos seus improvisos, (...)”<sup>87</sup>, o falecido só demonstrava sua força e retórica clara quando confrontado, “Santiago tinha toda a riqueza do mundo confidencial, sem o aparato ostensivo: era um diamante envolvido no cascalho”<sup>88</sup>. O necrológio, aqui, cumpre a função de revelar um caráter oculto e introvertido. Não há precisão nos traços corporais, é impossível imaginar-lhe o rosto, a forma do nariz, o cabelo, questões simples e fundamentais no momento de lançar uma descrição física passível de evocar uma imagem clara na mente do leitor.

O necrológio de Santiago, publicado no tomo XV, é uma bela exceção e, talvez, um dos elogios fúnebres dos mais pródigos dentre os escritos por Porto-Alegre. Há não só dados familiares muito ricos, como também memórias da infância do homenageado, momentos de grande intimidade que puderam ser conhecidos e revelados graças à proximidade que o falecido possuía com seu necrólogo, que expõe até mesmo a produção de cunho erótico de seu homenageado, um ato raro frente o típico decoro e comedimento que pauta os elogios de Porto Alegre: “além dos seus escritos políticos na época da maioridade, e dos de polêmica literária, possuímos belíssimas canções eróticas, alguns fragmentos do seu poema *o Libertador*, as suas melodias na Obleação do Instituto, e um trabalho inédito sobre a batalha de Waterloo”<sup>89</sup>.

O Necrológio de Saturnino, em seguida, também publicado no tomo XV, lança narrativas políticas, aborda revoltas e protestos. Não se furta de lançar julgamentos sobre atitudes políticas e a situação da época, como se tratasse não só de velar um corpo, mas de testemunhar o espírito daquele tempo e, diante deste, o verdadeiro peso dos atos. Comparado à Santiago, Saturnino “era um homem moldado na forma de Muciano, a quem a natureza havia dado o mérito particular de dar corpo ao que dizia e valor ao que fazia.”<sup>90</sup>. O corpo, então, poderia condizer ou não com o caráter e expressão do benemérito, lhe enunciar as virtudes ou esconder sua grandiosidade. Não há uma explicação ou justificativa para tais disparidades, tudo aquilo que não condiz com o

<sup>87</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre. *Revista do IHGB*. Tomo XV, 1852. P. 520-552 (citação p. 523)

<sup>88</sup> *Idem*, p. 524.

<sup>89</sup> *Idem*, p. 524. Cabe ressaltar a não distinção das “canções eróticas” em relação aos poemas, épicos e textos historiográficos escritos por Santiago, aqui como que colocados todos num mesmo patamar.

<sup>90</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. Discurso do orador o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre. *Revista do IHGB*. Tomo XV, 1852. p. 520-552 (citação p. 524)

merecido pelo homenageado é da ordem do fatalismo, da corruptela da vida mundana ao não tomar a forma adequada e justa, da graça e recompensas merecidas não estarem devidamente endereçadas.

Os casos que escapavam do fatalismo eram os raros afortunados que puderam gozar em vida as devidas recompensas por suas atuações. Havia, também, indícios concretos destes destinos – de ingratidão ou glória, como a aparência física (o belo e a feiúra) e a forma de portar-se socialmente (o eloqüente e o tímido). Traços físicos, características comportamentais, a fortuna (ou a falta dela), eram instrumentalizados pelo narrador enquanto sinais, de forma a reiterar o malogro em galgar a vida merecida e condizente com o mérito pessoal ou celebrar os merecidos sucessos de uma vida ilustre. A razão da graça (da boa aparência, da sorte inexplicável, dos recursos e facilidades) recair sobre alguns e ignorar outros tantos nunca é evocada, o fatalismo e a melancolia são consequência destas injustificáveis cegueiras que a Providência demonstra ao ignorar suas falhas para com os beneméritos.

O necrológio não abre espaço, dentro da forma na qual se espera que se estruture e organize sua narrativa, para o acaso. A glória é sempre uma benção, uma iluminação, a recompensa pelo suor, trabalho, dedicação, sem deixar de afirmar uma parcela de predestinação em diversas das narrativas. O infortúnio, os insucessos e falhas são, geralmente, explicados como prejuízos causados pela inveja dos rivais, pela mesquinharia de algumas figuras de poder ou da incompreensão dos colegas frente ao vanguardismo, causada por um erro injustificado ou imperdoável. Os acasos, então, são explicados pela providência e abandonam sua falta de significação causal, sendo tudo graça ou provação.

O necrológio acentua o lado biográfico, mas não direciona a narrativa da vida para o sujeito e sua individualidade. O discurso fúnebre, inserido na RIHGB e no projeto de construção da identidade nacional narra uma vida dedicada ao Brasil, de artistas, militares, políticos, homens de letras ou da igreja que com seu esforço trouxeram o progresso à Nação. Não obstante a biografia, naquele momento, dedicar-se ao mesmo intento, ela possui um grau de “parcialidade” minimamente garantido: não há, no gênero biográfico, uma necessidade ou qualquer garantia de manter o tom elogioso para com o biografado.

Necrológio, biografia e historiografia teriam em comum os assuntos ligados ao mundo dos mortos, do ausente, daquilo que já não se encontra neste mundo, do passado. Seriam escritas que continham a memória, suas guardiãs. Genericamente aproximando-as, eram escritas de

memória e do passado, e desempenhavam funções e legitimidades muito semelhantes quanto ao dever moral de rememorar, de lutar contra o esquecimento.

## 2.2 A eloquência dos mortos

“No nosso país, quando uma sepultura se abre e recebe um cadáver amortalhado com uma folha de jornal, julgam os indiferentes que o benemérito acaba com os mais altos sacramentos, com os sacrifício expiatórios, com todas as oblações funerárias que se podem prestar a um grande homem; uma simples necrologia não é bastante: são necessários esses louros, essas apoteoses repetidas com que as nações civilizadas adornam o túmulo dos seus varões ilustres”<sup>91</sup>

O estilo é uma das maiores manifestações de autoria possibilitada pela escrita de um necrológico. A estrutura cronológica, o tom elogioso, cumprir a homenagem, remeter a eventos chave da vida do falecido e suas principais atuações são obrigações. O gênero, solene, cerimonioso e de uma seriedade profunda, abre poucos espaços para a liberdade do autor, geralmente em alguns aforismos e considerações sobre o tempo, a vida. Concomitantemente, há fórmulas retóricas e até mesmo uma necessidade de usar certas frases e dotar o texto de solenidade e tom dramático, sendo um caso reforçado pelo uso do conhecimento neoclássico enquanto demonstração de erudição e de uma relação particular deste gênero com as formulações sobre a vida e a exemplaridade. A grande questão presente é a significação particular destas articulações, de expressões aparentemente homogêneas que talvez não sejam homólogas, expressando diferentes ideias para específicos contextos sociais, literários e mortuários.

O estilo mais adequado ao necrológico seria o silêncio: “A nossa felicidade seria completa, agora mesmo, se o silêncio do vosso orador fizesse parte do programa desta solenidade: porém semelhante ventura ainda não nos foi concedida.”<sup>92</sup>. Pode-se suspeitar que a passagem já demonstre a intenção de Porto-Alegre em aliviar-se da tarefa de orador do Instituto, já esgotado com a obrigação de escrever elogios fúnebres. O silêncio, porém, condiz com a postura adequada ao período de luto, transmutaria o necrológico em atitude máxima da internalização da dor perante a morte, um estilo que transformaria o gênero na própria experiência sentimental que deveria ser

<sup>91</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Elogio histórico geral dos membros falecidos, pelo Orador do Instituto o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre*. Tomo XI, 1848, p. 150-1854 (citação p. 164).

<sup>92</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Discurso do Orador o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre*. Op. cit. Tomo XVII, 1854 p. 51-86 (citação p. 51).

vivida. “No meio de uma assembléia tão ilustrada, o próprio elogio destes ilustres mortos seria a citação de seus nomes: mas um dever imperioso me obriga a abandonar um eloquente silêncio (...)”<sup>93</sup>. O silêncio teria, então, uma outra face: era a postura correta, elevada, mas só possível em meio à ouvintes que fossem já conhecedores dos feitos e da vida daquele que falecera. Lançar uma palavra era, então, um ato de coragem, ao mesmo um dever, obrigação moral, em quebrar a mudez solene e lançar luz sobre a escuridão, palavra sobre o silêncio, e narrar os feitos daquele que jaz inerte.

Porto-Alegre inseria nos textos reflexões sobre o caráter do tempo, fruições da filosofia da história, que serviam enquanto momento de fuga da narrativa e das lamentações pelo óbito. Era, também, a chamada textual para abordar o progresso e otimismo civilizacional para com a Nação.

Os textos escritos por Porto-Alegre são claros e, quando assim deseja, objetivos. Compreende-se bem quem fora o homem retratado – num nível institucional e empregatício. Porém, o autor se rende a vários aforismos e desvios do texto, os quais aparentemente são retóricos ou excessivamente dramáticos, mas sem dúvida possuem seus intentos particulares e uma funcionalidade importante para a boa constituição do gênero. Através das lamentações Porto-Alegre efetuava um objetivo essencial do necrológico: realizar parte do trabalho de luto, grafar a dor que precisa ser sentida pela perda de uma pessoa considerada especial. As passagens referentes ao tempo, à filosofia da história e ao progresso, além de condizerem com a retórica da época, com demandas institucionais e crenças historiadoras, serviam como contrapeso à morte, conforto e promessa de esperança.

A estrutura do texto pode ser dividida em três momentos distintos:

1- Narrativa da vida: descrição da história do falecido, envolvendo o local de nascimento, viagens realizadas, cargos ocupados e, por vezes, alguns elementos da vida familiar e matrimonial. Era, também, quando se teciam elogios à capacidade e caráter do homenageado, mesclados na enunciação dos acontecimentos ou entre momentos distintos da vida do retratado.

2- Fruições sobre a História: aforismos sobre o passado, o caráter do tempo, a significação da passagem temporal, dos movimentos de decadência e ascensão, de louvor ao progresso. Poderiam iniciar os textos, marcar intervalos entre diferentes elogios de diferentes homenageados ou encerrar os necrológicos.

---

<sup>93</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Elogio dos sócios finados do Insituto, n’este 6º anno acadêmico, recitado pelo Lente da Academia das Bellas Artes e Sócio Effectivo do Insituto o Sr. Manuel de Araújo Porot-Alegre*. Revista do IHGB, Tomo VI, 1844 p. 36-46 do suplemento (citação p. 37).

3- Lamento do óbito: momento com traços românticos quase caricatos, estes trechos eram os mais imparciais, elogiosos, dramáticos e exagerados. Poderiam ser curtos, servindo de gancho para introduzir aforismos sobre a História, ou tomavam grandes parágrafos e constituíam-se numa lamúria extensa que reiterava o sofrimento e a perda, pretendia emular no leitor a dor por alguém cuja morte lhe deveria importar – mesmo quando não fosse diretamente próximo – causando comoção e gratidão.

Além destes três momentos mais distinguíveis, haviam também as colocações metatextuais e de ordem prática, quando o orador se expressava enquanto suas próprias atribuições e escrita. Tais colocações estavam atreladas, geralmente, aos lamentos ou aforismos sobre a História. Porto-Alegre comenta a insalubridade do ofício, a pouca dignidade que possuía para honrar tal função e verdadeiramente homenagear aqueles que tanto mereciam.

Macedo seria “comedido e conformista” segundo Antônio Cândido<sup>94</sup>. Poderia o mesmo ser dito de Porto-Alegre? Não, seria mais cabível lhe adjetivar enquanto “grandiloquente e dramático” – eloquente, como disse seu substituto em 1853, Francisco de Paula Menezes: “Senhores. O impedimento inesperado de vosso digno orador vos priva neste dia tão solene de ouvirdes suas eloqüentes palavras; e aquela vontade soberana que tanto nos honra e distingue, fez que em mim caísse a escolha de uma substituição verdadeiramente impossível”<sup>95</sup>.

Eloquentes palavras soa quase como um eufemismo ao referir-se aquele que via em cada morte uma ceifada no seio da vida, no bem estar dos consócios, uma perda para cada cidadão que estaria agora isentado da bondade e da prestatividade de nosso benemérito. Tamanha honraria era destinada, claro, para todos aqueles que foram homenageados nos necrológios, mas Porto-Alegre possuía um estilo que primava pelas lamúrias, pelo exagero, por uma declaração lúgubre de desespero expressa de forma contida, quase racional.

“Lancemo-lhes flores sobre o seu túmulo, enquanto seu nome não for gravado no monumento do Ypiranga. Perdoai, Srs., se um instrumento tão rústico e imperfeito não

<sup>94</sup> CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos). Segundo Volume (1836-1880)*. Livraria Martins Editora, s/d., p.137-147.

<sup>95</sup> MENEZES, Francisco de Paula. *Discurso do orador interino. Revista do IHGB*, tomo XVI, p. 600-616 (citação p. 600).



soube elevar-se à altura de um sujeito tão nobre, qual o de traçar as virtudes e luzes dos nossos finados consócios, cuja perda o Instituto chorará enquanto existir”<sup>96</sup>

A beleza na escrita procura amenizar a dor, não somente honrando a memória e prestando as devidas homenagens – numa tentativa de eternizar um nome, gravá-lo na história e na memória da nação – mas também oferecendo uma fruição pela estilística literária – romântica, dramática, grandiloquente, afinada com preceitos literários que encontravam-se em voga. O texto era rememoração e conforto sensorial, como os discursos cuja tamanha eloquência conseguiria causar no ouvinte um sentimento de presença do morto, de trazer à tona as lembranças e sentimentos ligados ao falecido. É necessário, para tal, levar este instrumento “rústico” e “imperfeito” ao seus mais alto grau de expressão, condizente com o status daqueles que retrata.

O estilo elogioso da escrita necrológica é forma e conteúdo, é a configuração da narrativa, que será elogiosa tanto em seu longo trajeto como um todo, quanto nos pequenos momentos. A escrita da história pode suportar um tom elogioso – por vezes disfarçado e contido – em alguns trechos, mas dificilmente pode legitimar um texto dramático e exageradamente lamurioso de seu princípio ao fim. O texto historiador precisa, além de seus necessários referentes espaciais, personagens e sequência de acontecimentos, dotar sua narrativa de cor local. O necrólogo, ao confrontar-se com o mesmo desafio de conferir aos seus escritos a capacidade de proporcionar prazer, precisa de boas metáforas (as quais são necessárias, também, ao historiógrafo), adjetivos adequados (respeitosos e proporcionais à grandiosidade dos homenageados), de passagens que amenizem a dor pela perda e da reiteração do legado deixado pelos falecidos e de sua fecundidade, sua capacidade de alicerçar e fomentar conquistas e avanços posteriores, de servir de base e impulso para o progresso. As proximidades e trocas entre ambas, na escrita da história publicada pela Revista do IHGB ao princípio do século XIX, são notórias.

“O Historiador é obrigado a desenhar sítios, a descrever monumentos, a retratar personagens, a talhar habilmente o drama, e a repassar sua alma do colorido dos tempos, para ser eloquente verdadeiro”<sup>97</sup>. Eloquência, aqui, aparece mais uma vez. A qualidade era conferida ao próprio Porto-Alegre, que aqui se refere a uma eloquência superior por sua veracidade, resultante

---

<sup>96</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Elogio dos sócios finados do Instituto, n’este 6º anno acadêmico, recitado pelo Lente da Academia das Bellas Artes e Sócio Effectivo do Instituto o Sr. Manuel de Araújo Porot-Alegre*. Revista do IHGB, Tomo VI, 1844 p. 36-46 do suplemento (citação p. 46).

<sup>97</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Elogio histórico geral dos membros fallecidos, pelo Orador do Instituto o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre*. Tomo XI, 1848, p. 150-1854 (citação p. 182).

do trabalho de um historiador compromissado. Além de traçar o lugar, de relatar os vestígios do passado, situar os atores e narrar a trama dos fatos, o historiador deveria dotar seu trabalho do que talvez pudesse ser nomeado enquanto o espírito daquele tempo, através da sua cor local. As metáforas, aqui, provindas do teatro e da pintura, demonstram que a escrita da história requeria maior compromisso e complexidade, aproximava o historiador de alguém que precisava não só escrutinar o passado, como também, criar um simulacro, uma mimesis que contivesse uma representação não só fidedigna, como também, possuidora/demonstradora de parte do espírito que animava aquele passado historiografado: “(...) that style not be taken lightly as a mere decoration, but seen as reaching into the very foundations of the writer’s work”<sup>98</sup>.

“The historian (...) is a professional writer and a professional reader. As a writer, he is under pressure to become a stylist while remaining a scientist; he must give pleasure without compromising the truth”<sup>99</sup>. O orador, tal qual um historiador, era um leitor e escritor profissional – acumulando a incumbência de declamar os elogios fúnebres. Seu trabalho também se encontrava dividido entre o estilo, uma dose de dramaticidade e atrativos literários, sem faltar com a verdade. O estilo necessário para um texto tornar-se prazeroso também possuía mecanismos distintos ao comparar-se o necrológio com a historiografia.

Peter Gay, ao abordar o estilo, afirma que este é “form and content, (...), manner is indissolubly linked to matter, style shapes, and in turn is shaped by, substance”<sup>100</sup>. A matéria, no caso dos presentes textos, é a existência humana: vida e morte. A forma é o elogio, uma homenagem, moldada às vidas que narra de forma trágica e/ou heróica, retratando seus ilustres com traços nobiliárquicos. A relação entre matéria e forma, aqui, resulta de uma visão existencial que parece resumir a vida entre derrota e vitória, fortuna e fatalismo. Todos os retratados eram beneméritos e dignos da glória, mas somente alguns destes foram reconhecidos em vida. A relação com o contexto parece lógica e óbvia: num Brasil de poucos leitores, com poucos postos de trabalho assalariado, diversos talentos da elite branca e letrada não encontraram espaços para se assentar e expressarem-se. Os escritores encontravam sempre o mesmo e limitado público, os debates eram travados pelos mesmos polemistas, os cargos estavam ora na mão de um grupo, ora de outro, e não havia grandes possibilidades fora do terreno institucional, quase completamente regido pelo poder Imperial e pela ocupação de cargos chave na máquina estatal.

---

<sup>98</sup> GAY, Peter. *Style in history*. Norton, 1988 (citação p. 5).

<sup>99</sup> *Idem*, p.4.

<sup>100</sup> *Idem*, p.4.

O lamento do óbito, a lamúria exacerbada frente à perda arrebatadora de um nobre coração, grande parte do estilo baseava-se no exagero. A incompreensão e o infortúnio traziam a melancolia, marca notória do autor em seus escritos, em sua vida e na forma de encará-la, a qual projetava incansavelmente naqueles que retratava. A melancolia, aqui, possui paralelos com aquela conceituada posteriormente por Freud. Há, em Porto-Alegre, uma identificação narcísica com os objetos que pesquisa: são, também, literatos e homens das artes que viveram em situações de poucos recursos financeiros e pouco reconhecimento. O orador, claro, possuía apoio institucional, de colegas e era próximo ao Imperador, diferente de alguns artistas coloniais que retratara. Porém, considerava-se constantemente injustiçado, pouco reconhecido tanto no campo das artes, quanto no das letras e até mesmo enquanto professor e diretor. Ignorando os patronos e a proteção de que desfrutava nos momentos em que se sentia vitimado, Manuel de Araújo também se aproxima do comportamento de um melancólico, já que “entre as precondições da melancolia não devemos negligenciar esse conflito da ambivalência, que ora se origina na realidade, ora na constituição do indivíduo”<sup>101</sup>. Parte deste sentimento, então, parece encontrar-se na constituição do *self* de Porto-Alegre, o que explicaria seus reclames frente sua condição não tão desamparada quanto este nos faz crer e, também, pode ser um dos fatores que explique tamanha fortuna de seu estilo e de seus necrológios lúgubres e tão românticos. Parte da fortuna de seu estilo mortuário, possivelmente, baseava-se na própria psique e no comportamento do autor.

Não se trata de afirmar Porto-Alegre enquanto um melancólico. “Como se tem apontado com frequência, não se pode psicanalisar os mortos”<sup>102</sup>. Adjetivar um romântico enquanto alguém arrebatado por episódios de melancolia não se trata de uma novidade, mas não basta enquanto evidência e não justifica qualquer tentativa de diagnóstico – muito menos dota um historiador da capacidade de fazê-lo. Pode-se facilmente afirmar, também, que se tratava de uma retórica, uma problemática de ordem puramente textual. A questão é aproximar alguns comportamentos e construções frasais do autor estudado com o que é definido enquanto melancolia de uma forma mais precisa e menos generalista, já que esta teria um funcionamento em sua economia das emoções muito semelhante ao do luto.

---

<sup>101</sup> FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. In: Obras completas, vol. XII (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 170-194(citação p. 184).

<sup>102</sup> NICHOLAS, Siân. História e psicanálise. In: LAMBERT, Peter e SCHOFIELD, PHILIPP (org.). *História: introdução ao ensino e à prática*. Porto Alegre, Penso: 2011, p153- 161(citação p. 160).

“Aplicamos agora à melancolia o que verificamos sobre o luto. Numa série de casos, é evidente que também ela pode ser reação à perda de um objeto amado; em outras ocasiões, nota-se que a perda é de natureza mais ideal. O objeto não morreu verdadeiramente, foi perdido como objeto amoroso (o caso de uma noiva abandonada, por exemplo). Em outros casos ainda, achamos que é preciso manter a hipótese de tal perda, mas não podemos discernir claramente o que perdeu. Esse caso poderia apresentar-se também quando a perda que ocasionou a melancolia é conhecida do doente, na medida em que ele sabe *quem*, mas não *o que* perdeu nesse alguém. Isso nos inclinaria a relacionar a melancolia, de algum modo, a uma perda de objeto subtraída à consciência; diferentemente do luto, em que nada é inconsciente na perda”<sup>103</sup>.

O luto parte de uma perda humana, concreta e conhecida. A variação no humor, o recolhimento, a dificuldade em ver qualquer valor positivo ou de se sentir atraído pelo mundo exterior, de conseguir cumprir minimamente com a rotina e fatos cotidianos, é temporária e está ligada à interiorização de uma libido, recolhimento de uma energia e ligação que previamente estava conectada ao objeto de afeto. A internalização deste objeto, quando se trata de um objeto abstrato, ideal – um processo de luto que não se direcione à perda de uma pessoa pela morte – leva à uma ligação que não possui prazo de expiração.

É passível de imaginar uma perda de natureza ideal num caso como o de Porto-Alegre. Várias foram as perdas pelas quais passara desde sua infância: os pais, a intenção de ser engenheiro, depois a tentativa de ser um grande pintor e de realizar uma grande reforma na Academia Imperial de Belas Artes. A principal perda, talvez, seja a de não se ver mais como um artista – como reclamaria na introdução da *Iconographia Brasileira*<sup>104</sup>.

“No luto, vimos a inibição e a ausência de interesse explicadas totalmente pelo trabalho do luto que absorve o Eu. Na melancolia, a perda desconhecida terá por consequência um trabalho interior semelhante, e por isso será responsável pela inibição que é própria da melancolia. Mas a inibição melancólica nos parece algo enigmático, pois não conseguimos ver o que tanto absorve o doente. O melancólico ainda nos apresenta uma coisa que falta no luto: um extraordinário rebaixamento da autoestima, um enorme

<sup>103</sup> FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. In: *Obras completas*, vol. XII (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 170-194(citação p. 174).

<sup>104</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Iconographia Brasileira*. Revista do IHGB, tomo XIX, 1856, p. 349-379.

empobrecimento do Eu. No luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia é o próprio Eu.”<sup>105</sup>

Porto-Alegre lamenta em seus necrológios sentir-se empobrecido, tanto em relação ao mundo – causado pelo luto decorrente da morte de um benemérito –; como em relação a si mesmo – perda de natureza ideal para a qual se podem imaginar eventos e sentimentos diversos, impassíveis de verificação. Ambas presentes no texto, luto e melancolia, com suas idênticas lógicas de funcionamento econômico das emoções se reiterando numa retórica de grande apelo dramático, romântico, lúgubre e melancólico.

Há um sofrimento próprio ao necrólogo estudado, que parece crescer e se intensificar com o passar dos anos em que ocupa o cargo de orador. Porto-Alegre reclama de uma enfermidade que lhe acompanhara por quatro anos e, em sua *Iconografia Brasileira*, reclama que “durante os anos de 54 e 55, não me foi possível tocar nos meus papéis, e nem tampouco juntar um só verso a uma obrinha que me suaviza a vida nas horas em que nela trabalho, porque nessas horas me iludo, e creio que ainda sou artista”<sup>106</sup>. A tarefa de escrever os elogios fúnebres parece ocupar Manuel de Araújo demasiadamente, o que não é surpreendente frente ao largo número de homenageados que precisava contemplar. Era uma obrigação pesada, quase macabra e que envolvia as expectativas de consócios, familiares e amigos dos falecidos. A longa reclamação do mau estado de saúde pode estar atrelada a tal função – estaria o encargo de celebrar os mortos adoecendo o orador do IHGB? Por mais que tal hipótese não seja verificável, é notória a contrariedade de Porto-Alegre em permanecer no seu posto:

“Senhores. Tenho-vos dado mais um documento da minha insuficiência, e autorizado a vossa consciência para substituir-me por um varão mais ilustrado e mais digno de preencher esta missão solene. O instituto, na categoria em que se acha presentemente, subiu tão alto, que já não deve tolerar a voz da mediocridade: os templos nefastos se abismaram nesse passado melancólico de uma vida incerta, em que o cargo de orador me foi entregue com um prêmio ao meu entusiasmo e à minha assiduidade somente.

A majestade que abrilhanta a nossa atmosfera reclama altamente uma outra inteligência: o mundo já fita os olhos nesta sociedade, que apresenta um espetáculo

<sup>105</sup> FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. In: *Obras completas*, vol. XII (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 170-194(citação p. 176).

<sup>106</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Iconographia Brasileira*. Revista do IHGB, tomo XIX, 1856, p. 349-379.

digno da admiração de todos os tempos. O filho dos imperadores larga a púrpura do trono, depõe a coroa e o cetro, para vir estudar conosco o passado, conhecer a terra que lhe confiou a Providência e preparar esse futuro brilhante, que nos aguarda o fato memorável de sua constante assiduidade. Não cuideis(...), que eu renuncio ao trabalho; pelo contrário aquele mesmo fervor e zelo que tenho tido desde o nascimento dessa associação é ainda o mesmo, e ainda conserva todo o entusiasmo, toda a pureza do seu patriotismo; e é esse mesmo zelo, esse mesmo patriotismo que me obrigam a tomar o lugar que me compete, para que venha d'ora em diante aumentar o vosso esplendor e a vossa glória o que for mais digno de merecer a vossa benigna confiança.”

O pedido de substituição fora feito em 1852, ano em que os homenageados atinge o número recorde de 34 falecidos. Quando publica *Iconographia Brasileira*, já em 1856, percebe-se o tom mais leve que a biografia de Porto-Alegre possuía em relação ao necrológio, como maior informalidade, julgamentos morais mais profundos e narrativas outras que as meramente institucionais.

Celebrado pela eloquência, apontado por seu substituto interino enquanto hábil com as palavras e dotado da capacidade de tocar aos outros com seus escritos, Porto-Alegre aqui depreca sua imagem enquanto orador ao afirma que o cargo lhe fora entregue somente pelo entusiasmo e assiduidade. O auto-depreciamento e a falsa modéstia condizem com o momento de tentativa de retirada, a qual seria infrutífera até 1856 – foram necessários quatro anos para que ocorresse a eleição de um novo orador, quando Joaquim Manoel de Macedo fora escolhido. Segundo Leonzo, “ao que parece não era fácil encontrar dentre os sócios do Instituto uma pessoa capaz de aceitar o cargo de orador. Porto-Alegre, que antecedeu Macedo, aguardou, impacientemente, três anos, para ser substituído”<sup>107</sup>. Quatro sócios se candidataram em 1856: o já referido ganhador, Caetano Alves de Souza Filgueiras, Tomás Gomes dos Santos e o Barão Capanema. Anteriormente, quando da publicação do tomo XI da revista, em 1848, Januário da Cunha Barbosa e Raymundo da Cunha Mattos, os dois fundadores do IHGB, foram agraciados com um longo e cuidadoso memorial, ao qual diversos consócios contribuíram. Homenagear os mortos era um prestígio e reconhecimento, uma honra que projetava e dava visibilidade, mas era um trabalho árduo e desgastante.

---

<sup>107</sup> LEONZO, Nancy. O culto dos mortos no século XIX: os necrológios. In: MARTINS, José de Souza. *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1983, p.76-84 (citação p. 77).

### 3. AS ESCRITAS DA IMORTALIDADE: VELAR, SEPULTAR, ERIGIR

“Senhores. – “Depois de um quadro tão lisongeiro, onde as imagens do progresso e da esperança, coloridas do mais brilhante futuro, pairam gloriosamente sobre esta nossa associação; eu venho, em cumprimento dos seus estatutos, voltar de alguma maneira a face d’essa medalha monumental, tão dignamente laborada pelo nosso ilustre Secretário, e inscrever no seu reverso os nome venerandos dos nossos consócios que entraram no domínio da Morte, e que se alistaram para sempre debaixo das leis d’esse lábaro eterno, onde todas as categorias, germinadas pelos vivos, se igualam, e desaparecem, e diante do qual a posteridade despe o manto das paixões mundanas, para trajar a toga do Anjo da imparcialidade, e distinguir o aparente do real, o falso do verdadeiro.”<sup>108</sup>

Assim inicia o primeiro necrológio escrito por Manuel de Araújo Porto-Alegre para o IHGB. Homenagem somente para sócios, ao contrário de grande parte das que seriam publicadas nos anos seguintes. As primeiras sentenças parecem buscar conforto no futuro, já marcado no presente pela esperança que paira numa instituição que se creditava nascida para a glória – sua e da nação. Índice civilizacional, o IHGB não só construiria as condições possíveis para narrar a história nacional, como também evidenciava a sua melhora progressiva. Era o templo no qual aquele monumento fora elaborado, os monumentos de papel.

A segunda metade da citação retrata uma morte travestida de tempo, eternidade e morada da justa memória: juíza imparcial, deteriora e corrompe o falso, o mentiroso e o aparente. A nova veste, “*toga do Anjo da Imparcialidade*”, é uma inusitada mescla de três elementos de proveniências muito distintas, índices civilizacionais românticos: a toga, característica do cidadão romano; o anjo, figura marcadamente judaico-cristã; e a Imparcialidade, que pode ser por muitos requisitada, mas no século XIX parecia estar amasiada às ciências naturais e, para alguns, positivas. Ao alcançar o reino da morte e sua nova veste os homens, pretensamente, estavam imunes às calúnias e mentiras, nada além da verdade poderia perdurar. A salvaguarda de ser lembrado pela justa rememoração das letras constituía uma promessa tranquilizadora frente à vida póstuma, sucessora da finita e tortuosa existência corpórea<sup>109</sup>.

A historiografia desempenharia o papel monumental de última morada dos mortos, considerada a mais perene e adequada forma que a memória poderia assumir. A palavra fixava a verdade no tempo, em sua eternidade. Quem eram os grandes homens? Não sua origem social,

<sup>108</sup> Manuel de Araújo Porto-Alegre. Revista do IHGB, Tomo VI, 1844 p. 36-46 do suplemento (citação p. 36).

<sup>109</sup> Valdeir Araújo afirma que entre os anos de 1813 a 1845 “pode-se observar um progressivo deslocamento de expectativas para o reconhecimento da posteridade” ARAÚJO, Valdeir Lopes de. *A experiência do tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

sua existência objetiva ou quais os critérios necessários para ser considerado um. O que aqueles homenageados se tornavam após a morte? Benemérito, ilustre, perpetuado na memória nacional, o que se ganha com tal honraria? Qual era a fortuna póstuma destes escolhidos?

A morte era possibilidade narrativa, transmissão de exemplaridade e ato moral – momento de justiça, no qual os atos não só seriam pesados em instâncias espirituais, como também sociais. Valdeci Araújo nomeia *astúcia da posteridade* a crença no caráter temporal que devora a mentira e julga corretamente os atos, por estar distante das paixões e interesses que estavam em jogo no momento presente das querelas<sup>110</sup>.

Os necrológios serão analisados enquanto *operação historiográfica* por apresentar *fases* e uma organização análogas à escrita da história – segundo sistematizara Michel de Certeau<sup>111</sup>. Considero, também, o elogio fúnebre inserido numa série de relações e práticas que constituíam uma *cultura histórica*<sup>112</sup> específica, de intenso vigor e expressividade, que possibilitara o XIX ser considerado o *século da história* posteriormente.

Estranhar a necessidade do IHGB homenagear, além de sócios falecidos, homens ilustres que dedicaram sua vida à *Nação Brasileira* é inserir os necrológios não só na *cultura histórica* oitocentista particular manifestada nos trópicos, mas também nas práticas e concepções tanatológicas que figuravam no século XIX, aqui mais recentes que a Independência. Passo inicial para situar os discursos fúnebres em sua significação temporal, a primeira secção deste capítulo tratará das relações entre a escrita e a morte em seu momento particular na capital do Império. Historiografia e necrológios serão analisados pelo que possuem de homólogos, suas intersecções e aproximações. O rastro a perseguir será a secularização de lógicas religiosas, bem como homologias entre o que chamarei de *encomenda historiográfica* e os antigos cuidados despendidos pelos moribundos ante a certeza da finitude terrena - a preparação para o enterramento *ad sanctos*, anterior às necrópoles. O presente capítulo irá tomar o necrológio e a historiografia no que tem de comum, em seu caráter mítico e ritualístico que envolvem sua monumentalidade, sua intenção deliberada de rememorar, representar e tornar presente uma ausência.

---

<sup>110</sup>Op. cit, pg. 66.

<sup>111</sup> CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. A divisão da *operação historiográfica* nas fases *documental*, *explicação/compreensão* e *representância* seguem a leitura de RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

<sup>112</sup> RÜSEN, Jörn. *Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia*. 1994. Trad. F. Sánchez Costa e IB Schumacher.



### 3.1. Monumentos de papel: a escrita imortal, a exemplaridade e os beneméritos

Segundo Claudia Rodrigues, as atitudes e representações coletivas perante a morte sofreram transformações na segunda metade do século XIX, “tais como o esvaziamento e a redução da prática testamentária com vista à salvação da alma (...)”<sup>113</sup>. A autora defende que a *secularização*<sup>114</sup> desempenhara papel chave nas mudanças ocorridas, deslocando parte do poder de mediação com os mortos da Igreja para o seio da família. Frente à busca por novos discursos e legitimações, o *postmortem* passara a ser encarado sob a perspectiva de outras lógicas, não necessariamente novas, mas re-significadas. A imortalidade memorial garantida pela escrita, essa promessa de destino final que se apresenta enquanto substituta secular e historicista, tem seu vigor alçado pelo novo momento cemiterial que era vivido em meados do século XIX nas metrópoles imperiais.

O descanso eterno almejado ao corpo (o qual culminava no salvamento da alma) característico até meados do século XVIII europeu e XIX brasileiro era o enterro *ad sanctos*<sup>115</sup>, no território sagrado da igreja, perímetro total que englobava tanto o pátio quanto o interior da edificação. Questões inicialmente sanitárias suscitaram a criação de cemitérios extramuros, afastados do perímetro urbano. Há um rechaço inicial aos mortos, sua putrefação. Num relato para o caso parisiense, Ariès atesta: “para o procurador-geral de 1763, o cemitério não representa um lugar de veneração e fé. Mais tarde, sem dúvida, vira a sê-lo. Mas por enquanto é um foco de podridão e contágio”<sup>116</sup>. O procurador geral estava certo, os cemitérios tornaram-se lugar de veneração, fé, visitas e cultos memorialísticos algumas décadas depois.

Os cemitérios extramuros - além do perímetro da cidade, construídos exclusivamente para sepultar, servir de morada final do corpo e sua memória cravada na pedra da lápide - eram uma

<sup>113</sup> RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 28.

<sup>114</sup> *Secularização* tida enquanto característica intrinsecamente romântica por Abrams: “el proceso (...) no há consistido em borrar y substituir las ideas religiosas, sino en asimilarlas y reinterpretarlas como elementos constitutivos de una visión del mundo fundada em premisas laicas. Buena parte de lo que distingue los autores que llamo “românticos” procede de que se propusieran (...) salvar conceptos, esquemas y valores tradicionales que se habían basado en la relación del Creador com su criatura y su creación, pero reformunlándolos dentro del sistema dominante de dós términos: sujeto y objeto, yo y no yo (...)”. ABRAMS, M. H. *El romanticismo: tradición y revolución*. Visor: Madrid, 1992. p. II.

<sup>115</sup> Uma das maiores recorrências na bibliografia referente à História da morte marca esta transição do século XVIII para o XIX, remetendo sempre aos estudos iniciais presentes nas obras de VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1991 e ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

<sup>116</sup> ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. Pg. 194.

novidade frente ao antigo hábito de enterrar os mortos no perímetro sagrado da salvação. Os primeiros aparecem no Brasil em 1839<sup>117</sup>, ainda com uma administração e preceitos religiosos – somente dezenove anos depois seria fundada uma necrópole laica em território nacional. Eram necessariamente ungidos pela Igreja Católica, impossibilitando qualquer corpo não confessional de ali descansar.

Os primeiros cemitérios públicos e laicos surgem em 1868, quando Porto-Alegre já deixara o cargo de orador para ser diplomata na Europa. Anteriormente, quando os cemitérios ainda estavam sob a tutela católica, outra instituição, não confessional, mas também sob a chancela do Imperador, possuía voz e participação no velamento. O orador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro declamava discursos fúnebres, elogios tecidos a partir de diários, escritos autobiográficos e relatos dos amigos e parentes. Não só o IHGB possuía voz e integrava a cerimônia fúnebre, o sepultamento, como demonstrava sua jurisprudência sobre a memória, os mortos e o conhecimento das vidas destes que já não possuíam voz.

A antiga postura que caracterizava a *morte barroca*<sup>118</sup> não se limitava aos enterramentos dentro do perímetro das igrejas. Distinguiu-se também pelo testamento longo e preocupado com a correta execução dos ritos funerários, geralmente um condicionante para a obtenção dos bens inventariados deixados pelo falecido. Garantir o cumprimento correto das cerimônias, bem como as orações demandadas, culminava num *bom morrer* que garantia a *encomenda da alma* – ao reino do céu, salva da danação pela eternidade.

A *secularização*, as novas práticas fúnebres e a preocupação com uma perenidade literária deslocavam o eixo da salvação, encomenda e preocupação com uma boa morte da *alma* para a *memória*. A preocupação memorial ganhava força existencial perante a elite – tornava-se uma das respostas na busca para a maior tranquilização possível perante a finitude – explicando a necessidade de tornar a rememoração correta e justa uma obrigação. A escrita fixaria o texto, impedindo mudanças e o tornando-o alheio aos boatos, o tempo só lhe ressaltaria as verdades.

Atitudes pessimistas perante a morte faziam parte da postura romântica, num paradoxo cujo sentimento de sacralidade era anti-confessional e por vezes até mesmo anti-religioso, mesmo

<sup>117</sup> LIMA, Tania Andrade. *De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudos de identidade e mobilidade sociais)*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. V.2 p.87-150 jan./dez. 1994, p. 91

<sup>118</sup> Sobre a morte barroca, ver ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012; VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1991. e, para o caso carioca RODRIGUES, Cláudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

que lhe guardasse a espiritualidade e sentimentos “místicos”. Uma religiosidade disfarçada de providência, de culto cívico, de religiões que se negam enquanto religiões ao vestir um véu de secularidade: “As próprias sessões solenes do Intituto, que aconteciam anualmente e contavam com a presença do Imperador, adquiriam as feições de um ritual destinado a celebrar o conjunto de homens presentes”<sup>119</sup>. Não só os presentes, como também os ausentes. Os vivos eram como sacerdotes de um culto que lhes garantiria a vida póstuma enquanto memória grafada, resposta à uma experiência do tempo que “vinha acompanhada pelo sentimento de extrema *finitude e desaparecimento*”<sup>120</sup>. A resposta, a tranquilização frente estes incômodos temores estava na monumentalização.

A certeza de uma morte que exerceria a magistratura como “*Juíza Imparcial*” parece uma reconfortante promessa entre letrados, a da imortalidade e justa memória assegurada pela *encomenda historiográfica*. Os mortos ilustres e dignos de nota recebiam seu elogio fúnebre, hábito conhecido e praticado com o rigor de uma obrigação moral. Os escritos eram demandados e publicados não somente pelo IHGB como também por outros veículos impressos. Somava-se a promessa moral da necessidade de honrar a vida e memória dos que se foram: *tranquilização* destinada aos mortos, necessária ao seu descanso. Políticos, militares, alguns membros do clero, escritores, bacharéis – e outros dessa miríade de *letrados* – costumavam deixar apontamentos (auto)biográficos, diários, notas passadas a limpo e cuidadosamente escritas para a posteridade, preparando-se para ser *futuramente representado*. “Talvez não seja exagero dizer que boa parte do que sabemos sobre Varnhagen, a partir de seus escritos, é um pouco o que ele queria que nós soubéssemos a seu respeito. Ele preocupava-se com sua vida e com sua posteridade”<sup>121</sup>

A inserção memorialista através das letras imortalizava o representado<sup>122</sup>, que passava a existir perante a História através do conhecimento instituído pela escrita. A palavra tinha poder de rememorar, evocar a lembrança e torná-la presente. A funcionalidade tácita do necrológio não era a da crônica, relato, ficção, muito menos de uma reflexão epistemológica. Operava enquanto monumento e suporte de um mito, inscrição de um rito. A relação entre mortos e vivos no IHGB

<sup>119</sup> ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

<sup>120</sup> Idem, pg. 179

<sup>121</sup> CEZAR, Temístocles. “Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência”. *Topói – Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 8, n.15, jul.-dez. 2007, p.159-207 (citação p.160)

<sup>122</sup> A imortalização antiga, nos gregos, era dada através da entrada na história através de grandiosos feitos, os quais inicialmente seriam cantados pelos *aedos*, descritos por Hartog como antecessores dos historiadores. Sobre este tema, ver ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007 e HARTOG, François. *O tempo desorientado, tempo e História: Como escrever a História da França?* IN: Anos 90. v.5. n. 7. 1997.

era mediada pelo orador, tal qual um sacerdote<sup>123</sup>. Certeau ressalta o caráter de *mito* e *rito* da palavra<sup>124</sup>. O texto era, então, monumento. Estátua de papel, suporte “físico” do culto, pelo qual a presença será não só eternizada como também invocada. O rito da leitura, do discurso pronunciado, tornava-se o meio pelo qual o mito seria evocado, repassado e vivenciado. Liturgia secularizada, prestava honras ao grande contingente humano que já encerrara sua trajetória de vida, agora passível de ser narrada por já possuir um final, um *logos* definitivo.

“A prosopografia é, pois, um dos gêneros do biográfico, uma maneira de narrar vidas, de descrever a trajetória de pessoas, articulando vida e temporalidade. Este caráter temporal do biográfico e do prosopográfico é o que os aproxima do gênero histórico, quando este surge na Antiguidade. No entanto, devido ao caráter da ordem social em que emergem, estes gêneros da escrita da memória e do passado tendem a dar destaque ao que vão considerar ser da ordem do excepcional, da ordem do memorável, no sentido de algo extraordinário, único, grandioso.”<sup>125</sup>

Durval Muniz de Albuquerque Júnior afirma, em seguida, que a metáfora do grandioso, cuja relação aos outros está expressa numa superioridade da ordem de um tamanho simbólico, legitimava uma ordem imperial e escravocrata. Há, certamente, a validação do poder régio e da Coroa, baseada no poder escravocrata: porém, não eram estes os valores explicitamente celebrados pelos necrológios. Os grandes proprietários de terra não eram louvados, a produtividade, o Senhor em seu sentido ligado ao campo e aos latifúndios não era celebrado. Os necrológios que recebem maior cuidado e mais se delongam em páginas são de atores da independência, como os de José Clemente Pereira, do Marquês de Maricá, de José Joaquim da Rocha e Januário da Cunha Barbosa. Os valores celebrados, mesmo que genericamente definidos e quase nunca esclarecidos numa conceituação mais concreta, eram cívicos, ligados à coesão de um funcionamento, de uma entidade nacional – escravocrata, imperial, elitista, fatores omitidos nos elogios, interditos e não computados, informações que pela tácita prática, validação e intenção textual dos necrológios não eram cabidas ou plausíveis de figurar em tais escritos. A sua

<sup>123</sup> Reflexão já presente em SANTOS, Evandro dos. *Tempos da Pesquisa, Tempos da Escrita: A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873)*. Dissertação (mestrado) – Porto Alegre, 2009.

<sup>124</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 17.

<sup>125</sup> ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O significado das pequenas coisas: História, prosopografia e biografemas. In: AVELAR, Alexandre e SCHIMIDT, Benito Bisso (organizadores). *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e voz, 2012, p.15-38, citação p. 18.

forma era nobiliárquica, a distinção era aristocrática, elitista e excludente, mas havia um prenúncio, uma chamada por valores cívicos e republicanos, de vida pela Nação num sentido de coletividade pátria maior. A ideia da grandiosidade é a justificativa para a escrita da homenagem, parte do gatilho que ativa a obrigação moral dos historiadores em rememorar os mortos, no caso, alguns mortos específicos e ilustres. Porém, a noção de magnitude, de acima do comum ou fora do normal, de monumental, não parece condizer com o perfil de alguns homenageados, homens do funcionalismo público/burocrático estatal, políticos e militares, alguns professores e religiosos que em alguns casos contribuíram com obras escritas das mais diversas, literárias e/ou científicas. Contribuições, vidas dedicadas, fiéis, ótimos funcionários, mas mundanos. Alguns dos atores da independência, grandes políticos ou artistas e literatos de particular apreço do orador também recebiam as grandes honras de homens distintos e de grandiosidade, enquanto alguns pareciam receber uma mera homenagem, solene e cerimoniosa, grandiloquente na forma, mas sem corresponder a uma verdadeira celebração dos feitos e da singularidade.

O homem distinto não era extraordinário, absurdo ou impossível, A distinção era ilustre, benemérita, civilizada, comportada. O cidadão a ser exaltado seria exemplo cívico, um herói da *res publica* cujo elogio pautava-se numa vida descrita enquanto comum, ordinária, honesta e abnegada – mesmo quando fosse extraordinária, os retratados costumavam ser descritos como dotados de hábitos simples. O panteão nacional, aparentemente, poderia ser conquistado facilmente aos homens considerados probos ligados ao ambiente letrado da Corte fluminense. A vulgaridade da vida de alguns dos homenageados – vulgaridade perante os próprios parâmetros postulados pelo necrológio – tornava ainda mais exagerado e descabido o tom trágico de alguns destes elogios. Percebe-se que a maioria das exaltações se assentavam mais numa atuação dedicada e honrada, no reiterado exercício de deveres de ofício constante, que na ação e singularidade de feitos extraordinários – estes, reservados aos independentes e alguns poucos descritos enfaticamente enquanto gênios e homens de calibre superior.

A exemplaridade dos necrológios não possui referências concretas, de um agir prático: não possui relações com qualquer *práxis* mais precisa. Ancora-se na lealdade, no bem agir, nos deveres cívicos e na dedicação à Nação. Não há mais nenhuma possibilidade de orientação através da leitura destes necrológios. A própria dedicação ao Brasil, entretanto, poderia ser formulada e expressa de formas muito diversas. Os diferentes planos e propósitos dos letrados evidenciam as diferentes propostas políticas, urbanas, civilizacionais e artísticas que figuravam o

ambiente da Corte e, mesmo para este assunto, não há ensinamentos que se possa retirar dos elogios.

A impossibilidade do caráter exemplar se concretizar pode ser compreendida pela manutenção do tom elogioso, o qual impedia os necrológicos de aprofundarem-se nas minúcias políticas, bem como o levava a evitar polêmicas. Há, também, uma possibilidade de anacronismo: a exemplaridade existia para o público da época, nos sentidos morais que poderiam ser interpretados e aplicados na prática de formas díspares por cada leitor. Alguns dos significados implícitos que a leitura trazia e seus referenciais que suscitavam a ação podem não nos parecer imediatamente identificáveis. Crença na civilização, no progresso, fidelidade à Coroa. Os valores defendidos e a conduta tornada exemplar apontada alimentava a fé no conhecimento, na ciência, na melhora positiva e gradual da sociedade e na tutela do Império para alcançar este futuro pródigo.

“Aos varões que nos conquistaram uma nova pátria espiritual a custa da sua vida e felicidade, devemos amor e reconhecimento, devemos-lhes o culto do homem civilizado, porque eles nos deixaram na estrada o facho divino que receberam”<sup>126</sup>

Os destinos finais existem, em um sentido corpóreo geográfico: o que se faz com o cadáver, onde é enterrado, seu posicionamento, os preparos finais com o corpo. Há, também, os destinos finais simbólicos, para aqueles restos que são de outra substância, distinta e superior – o que seria chamado genericamente, também no século XIX, de alma. Importante fator nos sepultamentos barrocos, a existência num plano superior só era possível através da observação de toda uma ritualística fúnebre, extensa e precisa, a qual precisava ser planejada ainda em vida e preparava a encomenda da alma.

Não serão todos os sócios e ilustres homenageados que serão representados também pela historiografia. Há condições para que uma vida seja contada e, ao mesmo tempo, considerada enquanto merecedora de uma narrativa. Os personagens eleitos ao panteão de papel preenchem pré-requisitos, alguns variáveis, outros mais estritos, distintos dos tomados pela Historiografia. A primeira característica – após o óbito recente - é o pertencimento ao sexo masculino, ser um

---

<sup>126</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Discurso do Orador. Op. cit.*, Tomo XVII, 1854, p.51-86 do suplemento (citação p.56).

*varão*<sup>127</sup>. As mulheres não figuravam nas homenagens oferecidas pelo IHGB<sup>128</sup>. A nacionalidade, nascer fora do Brasil, não impedia homem algum em tornar-se um *ilustre* do panteão brasileiro.

A biografia, distinta dos necrológios, não requeria posses, renda, títulos ou condições étnicas - libertos e mestiços foram biografado. Há um traço republicano mais, tal quais as homenagens do panteão francês instituído já no século XVIII, como retratara Maria da Glória de Oliveira<sup>129</sup>. Os que recebia o elogio fúnebre, poderiam, também, ter uma origem humilde, mas eram todos letrados, libertos, grande parte sócios e donos de uma renda mínima.

Políticos, sócios, membros da realeza, homens de negócios proeminentes ou grandes expoentes artísticos e literários teriam seu jazigo memorialístico garantido. Certamente, pessoas humildes e sem relação com a *corte* dificilmente figurariam entre os homenageados. Não estavam excluídos, mas eram casos excepcionais.

Qualquer um poderia adentrar ao panteão republicano nacional, tantos os heróis que abriam caminho para a passagem do tempo, a melhora progressiva, quanto às meras testemunhas. Cabia aos não-sócios do IHGB galgar a condição de homenageado e *ilustre* pelos feitos e fidelidade nacional. A boa encomenda memorialista e historiográfica era acompanhada por uma pregação de cunho moral, não em respeito às leis católicas, mas à Nação.

A trajetória individual era inserida numa *mémoire historique*<sup>130</sup> que se apresentava enquanto memória coletiva – era fruto do cientificismo historicista, mas adornava-se com a naturalidade das crenças e narrativas que figuram espontaneamente. Panteão construído pelos esforços e vigília dos letrados, era apresentado como obra natural da justa memória brasileira. O grande homem tinha seus feitos narrados dentro de um grande contexto: o nacional. A história oficial era tomada como narrativa de todo um povo, como único território passível de fecundar a memória a ser celebrada, tão logo, grafada.

Os *homens ilustres* eram os consagrados cidadãos que dedicaram sua vida em prol da nação, sendo agraciados com a obrigação de serem por ela rememorados. O bom pai e o padre dedicado serão recordados em âmbito próprio: a família e a igreja que se dediquem a guardar-lhes

<sup>127</sup> O *Plutarco Brasileiro*, de 1847, seria relançado sob o título de *Varões Ilustres*, o qual também nomearia algumas traduções das *Vidas Paralelas* de Plutarco.

<sup>128</sup> Excluídas da vida pública direta, as mulheres poderiam, por vezes e em casos excepcionais, figurar na historiografia, mas não nos necrológios escritos por Porto-Alegre.

<sup>129</sup> OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 18.

<sup>130</sup> LAVABRE, Marie-Claire. De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: C'EFAÏ, Daniel (dir.). *Cultures politiques*, Paris, PUF, 2001. p. 240.

a memória. “No afã de imortalizar os seus sócios, tarefa esta que se insere num grande projeto de construção patriótica liderado por uma elite intelectual fiel e agradecida ao Imperador, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comparava-se a uma família que louva o parente perdido esquecendo ou perdoando os seus erros”<sup>131</sup>. Aqui Leonzo parece ignorar o caráter republicano e laico que os necrológios, ao menos pretensamente, possuíam. Para Porto-Alegre, o culto não era familiar e não possuía tais motivos, o bom pai seria lembrado por seus parentes. Seria uma dupla distância: o culto não deveria possuir matrizes familiares, louvar alguém por seu sobrenome ou linhagem, nem tampouco celebrar aqueles que se notabilizaram por serem bons familiares. Havia uma intenção cívica de celebrar o homem por seus feitos para a edificação da nação, enquanto um de seus “obreiros”<sup>132</sup>, ao mesmo tempo, o necrológio não perdoa nem esquece os erros, mas os omite enquanto uma regra tácita de seu gênero, algo que é descabido ao seu propósito, incompatível com a escrita de um elogio.

Os beneméritos e ilustres, porém, não eram todos grandes homens que fazem a história. Um dos principais objetivos das homenagens era criar um panteão de papel, uma lista dos mortos célebres e dignos de recordação, igualando os letrados àqueles que faziam a história e referendando sua entrada ao reino póstumo da memória. Porém, haviam, dentre estes, aqueles de notáveis e inconfundível grandeza, tal qual Cunha Barbosa, Cunha Mattos, Saturnino de Souza, José Bonifácio.

Tornar-se benemérito era garantir o ingresso na história, imortalizar-se através da escrita, privilégio reservado àqueles que são enquadrados num *conceito oposto assimétrico*<sup>133</sup> em relação ao inexistente homem comum, presente na vida real e cotidiana, mas desprovido de representação na historiografia da época<sup>134</sup>.

---

<sup>131</sup> LEONZO, Nancy. O culto dos mortos no século XIX: os necrológios. In: MARTINS, José de Souza. *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1983, p.76-84 (citação p. 78).

<sup>132</sup> RIHGB, tomo XV, pg 530, adjetivo atribuído ao Comendador Silvestre Rabello

<sup>133</sup> Quanto à definição de *conceito oposto assimétrico* “do conceito utilizado para si próprio decorre a denominação usada para o outro, que para este outro equivale lingüisticamente a uma privação, mas que na realidade, pode ser equiparado a uma espoliação”. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006. pg. 193.

<sup>134</sup> O homem comum em Porto-Alegre não é uma construção marcadamente elitista. O autor apresenta uma tendência típica do romantismo de idealizar o povo enquanto abstração, e um *homem ilustre* poderia ser uma pessoa modesta, de origem pobre e não aristocrático-nobiliárquica, como alguns dos artistas biografados em *Iconographia Brasileira e Memória sobre a antiga escola de pintura fluminense*. A valorização do *popular* no século XIX foi uma tendência com algumas limitações e por vezes de caráter mais literário do que social, sem reflexos empíricos no cotidiano, mas não deve ser ignorado.



“Quando os nossos legisladores decretarem um panteão, não digo um edifício suntuoso, mas um lugar sagrado e decente, onde se recolham os restos mortais dos nossos beneméritos, onde o paisano repouse a par do general, e que nesse lugar, em dia marcado, vá o Imperador derramar flores sobre essas sepulturas singelas, o Brasileiro verá que o ouro não é a única recompensa da terra, e que acima dele está a pobreza de um José Bonifácio de Andrada, a de um visconde de Cairú, de um São Leopoldo, de um padre Caldas, de um franciscano, ou de um músico como José Maurício.”<sup>135</sup>

Assim, a historiografia pensada como uma *poética dos ausentes*<sup>136</sup> conservava algumas poucas lápides decoradas por suntuosos monumentos enquanto a grande maioria da necrópole era tomada por sepultamentos anônimos numa grande vala comum. Os beneméritos eram erigidos, sua vaga silhueta transformada em monumento fúnebre, tal qual uma estátua que se preocupa mais em immortalizar uma imagem do que retratar as feições mais precisas de um rosto. Eram todos descritos em doses trágicas e heróicas, tornados semelhantes, civilizados, exemplares.

### 3.2 Necrológios e historiografia: velar e sepultar

A introdução dos falecidos no ‘domínio da história’ implica sua inserção no processo histórico. Isto faz com que os necrológios se constituam em importante fonte para o estudo da evolução das idéias políticas no Brasil<sup>137</sup>, segundo Leonzo. Sem questionar a importância para o estudo das ideias políticas, bem como da prosopografia e alguns outros campos, os necrológios introduziam os falecidos no domínio da história para lhes dar existência póstuma. Pouco havia de processual naquela ideia de História traçada nos elogios fúnebres, que enunciavam uma ideia de progresso e, concomitantemente, concebia o conhecimento histórico como uma fragmentária união de histórias, de somatório destas vidas narradas.

Os necrológios, estudados sob uma ótica da operação historiográfica, não inseriam os falecidos, sua trajetória de vida, num processo histórico. O progresso e a marcha da civilização eram seu pano de fundo, o processo no qual eram inseridos e ao qual eram associados. Sem dúvida, processos históricos, mas numa acepção que poderia confundir e levar ao anacronismo. A inserção no domínio da história cumpria com um compromisso mortuário e memorial, mais que uma pretensão de construção de conhecimento processual.

<sup>135</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Iconografia Brasileira*. RIHGB, t. 19, p.349-78, 1856. Pg. 351

<sup>136</sup> CATROGA, Fernando. *Recordar e comemorar. A raiz tanatológica dos ritos comemorativos*. Mimesis, Bauru, v. 23, n.2, p. 13-47, 2002.

<sup>137</sup> LEONZO, Nancy. O culto dos mortos no século XIX: os necrológios. In: MARTINS, José de Souza. *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1983, p.76-84 (citação p.79)

A importância da morte enquanto distância temporal<sup>138</sup>, bem como a condição humana outorgada pela finitude<sup>139</sup> são preocupações explicitadas nos necrológios. A *histórica* particular que regia romanticamente os elogios fúnebres do IHGB envolvia uma noção do público e da memória histórica (a qual se pretendia e mostrava-se enquanto memória coletiva) pautados pela Nação e sua necessidade de alçar indivíduos à condição de heróis, erguer um panteão exemplar à conduta de um novo cidadão, não só civilizado e esclarecido, mas devotado ao Brasil que estava sendo construído, grande parte, pelas penas de letrados e burocratas.

A operação historiográfica realizada pelo necrológio estava marcada teleologicamente pelo intento de *representância*, impregnado tanto na *fase documental* quanto na de *explicação/compreensão*<sup>140</sup>. O único objetivo em coletar relatos e documentos residia na escrita do discurso fúnebre, necessariamente elogioso. As hipóteses, o interesse, as perguntas e a busca por eventos sempre estariam direcionadas ao que a vida pública dos mortos tivesse de passível de exaltação. Qualquer informação não pública/*secreta*<sup>141</sup> era descartada; intrigas e boatos não seriam verificados ou aludidos, tampouco a crítica digna e mundana seria proferida ou procurada. Trabalho fútil que resultaria em dados inutilizáveis ao texto de um necrológio, texto *elogioso* por excelência. A morte silencia o falecido, bem como seus críticos contemporâneos durante o período de luto.

A *representância* é o desejo expresso de tornar-se representado, é a capacidade e esforço para tal. O próprio excesso de pessoa homenageadas, então, suscitaria uma questão: “este alargamento do panteão dos biografados remete a outro problema crucial: o da representatividade”<sup>142</sup>. A homenagem é esperada, normal ou até necessária no caso daqueles que são notoriamente grandiosos, destacados e publicamente bem quistos, mas gera questionamentos quanto a importância de estudo e representatividade em termos de serem uma amostra do que era mais expressivo e particular de uma época. O questionamento “Poder-se-ia ir mais longe e

<sup>138</sup> RICOEUR, Paul. La distance temporelle et la morte em histoire. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. (dir). *Historicités*. Paris, Éditions La Découverte, 2009, p. 13-28.

<sup>139</sup> GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhart. *História e Hermenêutica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997, p. 67-125.

<sup>140</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007.

<sup>141</sup> KOSELLECK, Reinhart. *História y Hermenêutica*. In: GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhart. *História y hermenêutica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997, p. 78.

<sup>142</sup> SCHMIDT, Benito B. Biografia e regimes de historicidade. In: MÉTIS: história & cultura – v. 2, n.3, – p. 57-72. 2003 (citação p. 67).

perguntar: o que é, enfim, representatividade? Ou: o que é um indivíduo representativo? (...) Existe um “homem médio”?<sup>143</sup>

A fragilidade em ser afirmar este homem médio, bem como a representatividade definitiva e plena, não era um obstáculo às intenções memoriais características da fundação do IHGB. A obrigação moral da rememoração era estendida aos necrológicos, às biografias e à historiografia, com o mesmo peso e objetivo de tornar representado nas letras. A representância era a intenção causada pela exemplaridade de demonstrar o homem médio, o cidadão e letrado engajado com a Nação, bem como os grandiosos dentre estes beneméritos. Ilustres pela distinção de letrados, bacharéis, livres numa ordem escravocrata, médios num sentido do que deveria ser comum a todo cidadão segundo a ordem e o nacionalismo projetados.

Paul Ricoeur descreve um *gesto de sepultura*, para além do ato concreto de enterramento, no qual “(...) son trajet es celui même du deuil qui transforme en présence intérieure l’absence physique de l’objet perdu. La sépulture comme lieu matériel devient ainsi la marque durable du deuil, l’aide mémoire du geste de sépulture”<sup>144</sup>. A escrita da história, a historiografia é fruto de uma operação transformadora, impressa pelo gesto sepultura. Porto-Alegre considerava a historiografia como materialização ritualística do próprio passado, sua herança e sinal, um “monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte”<sup>145</sup>. A partir da Arte, cunhara uma concepção que estabelece uma analogia entre a produção do historiador e estruturas arquitetônicas de caráter comemorativo, de uma história que deveria criar *monumentos de papel*. Os homens ilustres que mereciam ser lembrados e tomados como exemplo constituíam *ídolos*, suportes de um culto municiado por ritos – liturgia laica e cívica - e mitologia - a história nacional - próprios. A palavra o *monumento* incorpora, no início do século XIX, os significados que lhe lapidaram a aceção conhecida atualmente, dentro de sua polissemia que perpassa o histórico, o político e o funerário.

A entrada ao reino dos mortos poderia significar, aos letrados brasileiros, uma porta de acesso à História – ou, propriamente, à historiografia. Apesar de muitos desta geração

---

<sup>143</sup> *Idem.*

<sup>144</sup> “seu trajeto é o mesmo do luto que transforma em presença interior a ausência física do objeto perdido. A sepultura como lugar material torna-se assim a marca durável do luto, a ajuda à memória do gesto de sepultura. RICOEUR, Paul. La distance temporelle et la morte em histoire. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. (dir). *Historicités*. Paris, Éditions La Découverte, 2009, p. 19.

<sup>145</sup> LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 4.ed. Pg. 535.

exibirem vinculações religiosas e explicitarem suas visões espirituais de mundo - bem como as demandas e cuidados decorrentes destas -, a preocupação com a morte parecia começar a sua travessia em direção a um cuidado memorialístico, que irá conviver e competir com a busca pela salvação da alma através de rituais ou de uma conduta estrita a ser observada pela Igreja. A segunda parte do presente capítulo irá inquirir a função particular do necrológio dentro deste jogo de relações mortuárias, bem como as peculiaridades de sua operação historiográfica. Os homenageados, ao serem representados no mundo das letras dentro da Revista do IHGB ganhavam notoriedade histórica futura – esta era a crença e intenção da imortalidade grafada que Porto-Alegre pretendia instituir com seu panteão de papel. Sob o solo da pátria, visível “aos olhos de todos”, a última visão do corpo do falecido. O Necrológio *vela* o morto em ambos sentidos acolhidos pela palavra: permite que seu “corpo” representado seja visto e estabelece vigília a esse corpo simbólico através da memória grafada.

O necrológio não era escrito para o morto homenageado, que jamais conhecerá as palavras que lhe homenagearão. O elogio tinha como referente um falecido, mas seu público era de letrados, ilustres que futuramente serão homenageados, beneméritos. Era uma promessa de vida póstuma, de futura vida na representância das letras. Manuel de Araújo carrega seus monumentos funerários de uma carga histórica e viva, o cortejo fúnebre literário – triste, soturno, melancólico – celebra, de forma oculta, a vida e o progresso.

“Estes exemplos, dignos da admiração de todos os tempos, estão ainda frescos, estão escritos na memória contemporânea, no coração dos desgraçados, sobre o solo da pátria, aos olhos de todos, por grandes verdades, por novas harmonias da inteligência, e por fatos de pedra e cal.”<sup>146</sup>

A morte é a distância temporal necessária, o afastamento historiador fundamental – *não estar* enquanto característica do ser representado<sup>147</sup>. O óbito, dado biológico, é seguido de uma morte simbólica que engloba o velamento, o funeral, enterramento/sepultamento e o período de

<sup>146</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Discurso do Orador. Op. cit.*, Tomo XVII, 1854, p.51-86 do suplemento (citação p. 52).

<sup>147</sup> Segundo BANN “(...) ‘history’ becomes a complex and necessary strategy of recuperation, a way of imaginatively recovering what the humanist tradition had been blithely willing to let pass. ‘History’ is the relentless appropriation, by text, figure, and scenographic representation, of what is already irretrievably lost. It is an effect of camouflage, or perhaps, in Freud’s sense, a work of mourning, which achieves the displacement of one type of dispossession (the loss of the centrality of ‘man’) onto another (the loss, or absence, of the past)”. BANN, Stephen. *Romanticism and the rise of History*. Nova York: Twayne publishers, 1997, pg. 10.

luto<sup>148</sup> - este último ainda em curso no momento de escrita do discurso fúnebre. O elogio fazia parte do rito fúnebre e valia-se de memórias contemporâneas, vivas, providas do mais subjetivo e sentimental (o coração) dos “desgraçados” recém abandonados por alguém próximo e bem querido.

O necrológio não se afasta de seu objeto representado. Evocar a presença, neste caso, é aproximar-se, desejar a empatia e celebrar, comemorar a *vida* – tal qual o futuro, outra ênfase sempre presente nos necrológios escritos por Porto-Alegre, como um contrapeso à força da morte, da finitude e da deterioração. Ação deliberada, o afastamento metodológico não aparenta ser nem ao menos uma hipótese para os *elogios*. Os vínculos institucionais, a vida de letrado, a nação e o Império não eram categorias a serem estudadas enquanto objetos abstratos, submetidos à crítica e exposição de todas suas lógicas nesta *representância*. Eram monumentos a serem construídos, venerados e rememorados nos necrológios - um ilustre só poderia existir perante uma nação.

A historiografia, endossando a afirmação de Paul Ricoeur<sup>149</sup>, opera enquanto destino final ao realizar seu gesto de *sepultura*: morada, último lar, diferente do que o *sepultar* - verbo, ação – ressaltaria. A diferença inicial é o caráter de *morada*. Elogio fúnebre: homenagem, escrito que acompanha os ritos, o necrológio não possui o tempo de preparo, crítica detalhada das fontes, a isenção nem o propósito de ser a *representação* última e definitiva do morto. Homenageia, elogia e representa aquele que há pouco ainda integrava o reino dos vivos, evoca a figura tal qual a exposição do corpo durante o velório propicia aos vivos mirarem o falecido.

*Sepultar* é o gesto do necrológio. Túmulo efêmero, repouso do cadáver até que a decomposição deixe somente a ossada, o corpo limpo do segundo enterramento<sup>150</sup>, este permanente. A passagem do tempo oblitera as marcas da carne, para o corpo, da mesma forma que Porto-Alegre pretende que a mentira e o enganoso fossem decompostos, separados da memória. O necrológio vela o corpo simbólico e lhe oferece o primeiro pouso na

---

<sup>148</sup> Segundo Catroga “(...) no último rito de passagem, é sintomático que a sua duração tenda a coincidir com o período de decomposição do próprio corpo e a ultrapassar a realidade biológica através de uma específica expressão social e metafísica”. *O culto dos mortos como uma poética da ausência*. ArtCultura, Uberlândia, v.12, n.20, p. 163-182, jan.-jun. 2010, p. 165.

<sup>149</sup> RICOEUR, Paul. La distance temporelle et la morte em histoire. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. (dir). *Historicités*. Paris, Éditions La Découverte, 2009, p. 13-28.

<sup>150</sup> A prática do segundo sepultamento era costume entre os guaranis, mas tampouco era estranha ao cristianismo. O esqueleto, considerado um corpo limpo, costuma ser depositado em urnas – o segundo sepultamento costuma encerrar definitivamente os ritos fúnebres, bem como o período de luto – além de garantir visualmente o não retorno do cadáver entre os vivos.

monumentalidade escrita, participa do processo concreto de luto e projeta uma imagem da vida, narrativa encerrada recentemente na morte que lhe pontua o final.

A palavra do orador rompe dois momentos distintos, passado e futuro, um presente esmagado entre dois extremos: a existência de quem a pouco respirava e a recente e arrebatadora inexistência. A existência, vigília do eu, cessa. Cabe aos vivos realizar a vigília, velar e evocar o nome, bem como as memórias que este carrega:

“Como o homem só pode receber os nomes, que sempre o precedem através de uma transmissão, por isso a história mediatiza e condiciona o acesso a esta esfera fundamental da linguagem [...]. Pouco importa aqui que os nomes sejam uma dádiva de Deus ou uma invenção humana: o importante é que, de qualquer modo, sua origem escapa ao sujeito falante. [...]. A razão não pode encontrar o fundo dos nomes [...], ela não consegue rematá-los, pois, como vimos, eles lhe chegam historicamente, “descendo”. Esta “descida” infinita dos nomes é a história.”<sup>151</sup>

O nome é índice capaz de evocar a presença, presentificar o passado, rememorar o morto e trazer-lhe enquanto conhecimento histórico, redimido, contemplado pela razão. Ato restaurador, ao mesmo tempo, do passado recordado, salvo da obliteração causada pelo limbo imemorial, e do presente que se redime da culpa que reside no esquecimento, na danação lançada numa nação que sonegue aos mortos o devido culto.

“O poeta e o historiador, esses dois gigantes terríveis que se erguem no horizonte da humanidade e no ocaso das gerações, hão de vir abarcar todo o nosso passado com a justiça nos lábios, com manoplas de ferro, ou com braços meigos e entusiásticos. Um adornando os túmulos de harmonias, o outro reconstruindo um século desmoronado pelo tempo; mas ambos, tocando a trombeta da ressurreição, farão as cinzas se agregarem, os esqueletos vestirem-se de carnes, e a alma do passado reanimar esse mundo que se escoava talvez no erro e no esquecimento”<sup>152</sup>

---

<sup>151</sup> O trecho é uma análise de Giorgio Agamben, partindo da obra de Walter Benjamin para pensar a importância da relação entre discurso (logos) e nome (onoma) na tradição filosófica ocidental, desde Platão até Wittgenstein. AGAMBEN apud GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2004, pg. 20.

<sup>152</sup> PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Elogio histórico geral dos membros falecidos, pelo Orador do Instituto o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre*. Tomo XI, 1848, p. 150-1854 (citação p. 178).

Re-animar, trazer a alma de volta, dar vida aos mortos através das trombetas tocados pelo poeta e pelo historiador. Esse é o poder pleno da rememoração, numa crença messiânica e redentora do passado.

A vida deste ausentes que poderia ser trazida de volta, entretanto, não está contida nos escritos históricos. Os necrológios, as biografias e grande parte dos outros escritos historiográficos da época pouco informam sobre a vida íntima, familiar e sentimental, não transmitem uma figura imaginável ao leitor leigo, que desconhecesse ou não estivesse próximo do círculo da corte e dos literatos. Os necrológios escapam do tom cívico e protocolar por sua retórica de lamentos e melancolia, bem como o gosto de Porto-Alegre por exageros e hipérboles, lógicas reiteradas.

Manuel de Araújo Porto-Alegre era o orador, a voz do IHGB, mediador entre os vivos e memória dos mortos recentes – das gerações que viveram e fizeram a Independência. Monumentos de papel erigidos na *representância*, à espera de um panteão arquitetônico concreto, com os túmulos, lápides, corpos e estátuas de *ilustres* da Nação.

Longe de ser um lisonjeio, o elogio era visto como cumprimento de uma obrigação moral, dívidas dos vivos com os mortos. Participava do *rememorar*, presentificava o ausente e impedia a decomposição cadavérica do corpo simbólico, memórias do falecido. Encerrava teleologicamente uma vida passível de ser narrada somente após seu término.

O *desejo de representância*, ansiedade por não ser olvidado pela nação, pode ser lido enquanto resposta secularizada ao descenso da *boa morte e encomenda da alma*, como aparenta denunciar as homologias entre ambas as práticas. Não constar nos anais significava mais que esquecimento, era obliteração da *persona*, danação da memória e falha do sujeito civilizado em mostrar-se único.

A historiografia, em seu sentido estreito, era o monumento mais importante e bem projetado, a última morada, já despida de inverdades, alheia às mentiras e aos erros de julgamento.

“A escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina. Aqui a linguagem tem como função introduzir no *dizer* tudo aquilo que não se *faz* mais. Ela exorciza a morte e a coloca no relato, que substitui pedagogicamente alguma coisa que o leitor de crer e fazer. Este processo se repete em muitas outras formas não científicas, desde o elogio fúnebre, na

rua, até o enterro. Porém, diferente de outros “túmulos” artísticos ou sociais, a recondução do “morto” ou do passado, num lugar simbólico, articula-se, aqui, com o trabalho que visa criar, no presente, um lugar (passado ou futuro) a preencher, um “dever fazer”. A escrita acumula o produto deste trabalho. Através dele, libera o presente sem ter que nomeá-lo”<sup>153</sup>

O necrológio cria uma espacialidade tumular simbólica, sendo parte da resposta à inquietante pergunta “o que fazer com os mortos?”. A escrita é o destino final dos restos não corporais, a memória do espírito, a única capaz de reanimar e trazê-los de volta à vida.

---

<sup>153</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, pg 108.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A VOZ DO IHGB

“Morrer, dormir, não mais, termina a vida, / e com ela terminam nossas dores;/ um punhado de terra, algumas flores.../ e depois uma lágrima fingida  
sim, minha morte não será sentida: / não tive amigo e nem deixo amores; / e se os tive, tornaram-se traidores, / algozes vis de um'alma consumida”

(Francisco Otaviano – Soneto)

A morte era tudo. Desejada, respeitada, temida, odiada. Era a entrada para a memória, reino dos ausentes. A falta de amores e amigos, a mesquinharia e os algozes não bastariam para o letrado ser esquecido, viver uma morte plena de pura obliteração da existência, ou ao menos de seus vestígios.

O necrológio estava ligado à imprensa, também no caso do IHGB. A Revista não só era uma publicação periódica, como também só poderia ser imaginada após a liberação da prensa no Brasil. Afirmar que no presente caso não se trata de um gênero tal qual o elogio fúnebre costuma ser ao enquadrar-se enquanto periodista. Seus contornos editoriais eram vagos e sua aproximação com a história era muita e, em grande parte, intencional – fruto de suas relações com as práticas funerárias e, também, enquanto forma de dotar os textos de maior autoridade e legitimação.

Os diferentes gêneros aqui abordados estão interconectados não somente por coabitarem numa mesma publicação, serem escritos muitas vezes pela mão de um único e mesmo autor que se dedica a escrever diferentes textos, mas também por assentarem-se sob marcos comuns, tais quais a temporalidade, a passagem do tempo, a finitude humana, bem como a noção da vida concebida enquanto narrativa, num sentido de transformação e movimento teleológico. Todas estas questões, no século XIX, seriam carregadas pelas noções de progresso, que dotam a teleologia de um significado de crescimento, superação das adversidades e melhora paulatina. A proximidade entre biografia, necrológio e historiografia neste período, na Revista do IHGB, assenta-se em parte na instrumentalização destas narrativas em prol da Nação, da narrativa dos grandes homens e seus grandes feitos. O elogio fúnebre, com a maior institucionalização e profissionalização da história, seria considerado um gênero (típico e marcadamente) periódico. A acepção histórico, que lhe coubera aos primeiros momentos em que figurara na Revista do IHGB, passa a ser reservado somente aos elogios feitos com uma distância temporal maior à data de óbito – distanciamento temporal, passar do tempo necessário para decompor as mentiras e inverdades.

O necrológio lamenta uma morte, a biografia contempla ou escrutina uma vida. O elogio fúnebre, ao relatar quem é seu homenageado, traça uma narrativa biográfica do falecido e o faz com duas grandes finalidades: enunciar quem era aquela pessoa e, ao mesmo tempo, celebrá-la. O necrológio é homenagem e comemoração, lamento ritualístico que também se traveste de rito religioso e cívico. A biografia pode dissociar-se do tom elogioso, da parcialidade assumida, e está muito distante das obrigações que aproximam o necrológio a uma liturgia, à parte de um culto memorialista

Necrológio e historiografia funcionavam analogamente quanto à imortalização escrita, ambos eram suportes memoriais considerados confiáveis e nobiliárquicos, causadores de distinção. Porém, diferenciam-se em sua função funerária, na relação intrínseca que a *cultura histórica* possuía com as atitudes e representações coletivas perante a morte. Elo estabelecido pela finitude, pelas atitudes diante do tempo, da mortalidade do corpo e pulsão de imortalizar-se.

Escritas da memória e da imortalidade, necrológio, biografia e historiografia tinham objetivos e funcionalidades em comum, mas possuíam distinções quanto ao grau de confiabilidade, cientificidade e comprometimento com a verdade. Obstante tamanhas semelhanças, eram de gêneros distintos, o necrológio é uma das escritas fúnebres e toma os contornos da história com mais intensidade por coabitar com a historiografia institucional da Revista. A história seria a escrita mais confiável, já distante no tempo e, com isso, privilegiada pela decomposição das inverdades, também sendo mais criteriosa com aqueles que seriam rememorados e celebrados mais intensamente.

A assistência de sepultar e velar eram incumbência do necrológio, o monumento fúnebre. A verdadeira monumentalidade, tal qual estátua em praça pública, a celebração da memória e da representação mais gloriosa, era a entrada à historiografia de fato – a qual a lista de beneméritos do IHGB representava, por vezes, uma ante-sala fúnebre. Velar o corpo, sepultar e erigir o monumento. O túmulo recebe os restos físicos, a alma cabe à encomenda aos céus, mas o espírito – das letras, dos feitos, aquele espírito que transcendia o religioso ao tentar afirmar-se enquanto secularizado – era o que precisava ser representado, nas letras e nos monumentos de pedra.

Crença no texto, na história, na imparcialidade e na verdade; o *cientificismo romântico* de Porto-Alegre parece impróprio ao leitor atual, mas provavelmente fora um dos fatores que lhe alçaram a orador do IHGB, junto com sua eloquência melancólica. Tanto a pena quanto sua própria voz homenagearam os mortos, enunciaram seus feitos públicos, num tecer do presente

que tentava atrelar as glórias do passado ao futuro brilhante que começava a mostrar-se perante a Nação. Mortos e vivos, historiografia e necrologia, cultura histórica e tanatológica, passada e futuro, racionalidade e espiritualidade. O vocabulário de Porto-Alegre, perseguidor de dicotomias, não opunha estes binômios: como orador cabia-lhe mediar os mundos, elevá-los, estabelecer pontes.

O Estado, através do IHGB, tomara para si a prerrogativa de tecer elogios fúnebres. A salvação já não residia unicamente sob o solo sacro das igrejas, também era buscada e galgada no panteão de papel erigido pelos historiadores. Tarefa comumente relegada a membros ilustrados do clero, os necrológios passam a ser tarefa de um orador, mais que a palavra de uma Instituição, sua voz pretende-se a da própria Nação.

A magnitude do passado, que começaria a ruir em seu caráter pedagógico, ainda aparece consagrada. A História, o ser rememorado e todas as preocupações memorialísticas afluíam conjuntamente ao progresso. Os mortos ainda governavam os vivos, mas eram os oradores – historiadores e poetas – que enunciavam suas vozes.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### - Fontes primárias:

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Elogio dos sócios finados do Instituto, n'este 6º anno acadêmico, recitado pelo Lente da Academia das Bellas Artes e Sócio Effectivo do Instituto o Sr. Manuel de Araújo Porot-Alegre*. Revista do IHGB, Tomo VI, 1844 p. 36-46 do suplemento (citação p. 37).

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Elogio histórico geral dos membros fallecidos, pelo Orador do Instituto o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre*. Tomo XI, 1848, p. 150-1854

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Discurso do Orador o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre*. Tomo XV, 1852 p. 520-552 (citação p.530).

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Discurso do Orador. Op. cit*, Tomo XVII, 1854, p.51-86 do suplemento.

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Iconographia Brasileira*. Revista do IHGB, tomo XIX, 1856, p. 349-379

PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Elogio histórico geral dos membros fallecidos, pelo Orador do Instituto o Sr. Manoel de Araújo Porto-Alegre*. Tomo XI, 1848, p. 150-1854 (citação p. 182).

GOMES, Francisco Agostinho. *Elogio histórico*. Revista do IHGB, Tomo IV, 1842 p. 28-35.

### - Bibliografia geral:

ABRAMS, M. H. *El romanticismo: tradición y revolución*. Visor: Madrid, 1992.

ANDRADE, Débora El-Jaick. *Os intelectuais nas reformas do Estado Imperial: as trajetória de Araújo Porto Alegre e Gonçalves Dias*. In: [http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado\\_poder/1.pdf](http://www.outrostempos.uema.br/curso/estado_poder/1.pdf) Acesso em: 06 de Jul. 2011.

ANTUNES, Paranho. *O pintor do romantismo: vida e obra de Manoel de Araujo Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, 1943.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ARIÈS, Philippe. *História da morte no ocidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

AVELAR, Alexandre e SCHIMIDT, Benito Bisso (organizadores). *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e voz, 2012.

BANN, Stephen. *Romanticism and the rise of History*. Nova York: Twayne publishers, 1997.

CÂNDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos). Segundo Volume (1836-1880)*. Livraria Martins Editora, s/d.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem. Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTRO, Isis Pimentel de. *Arte & História: a concepção de arte no oitocentos e sua relação com a cultura histórica*. In: Saeculum. No24. João Pessoa: jan/jun, 2006. Disponível em: [http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14\\_art02\\_castro.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum14_art02_castro.pdf). Acesso em: 06 de Jul. 2011.

CASTRO, Rosana Costa Ramalho de. *Imagens e evidência: reflexos do paradigma clássico europeu na cidade do Rio de Janeiro*. In: *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*. Vol. XX. Lisboa: 2005. pp. 93-108.

CATROGA, Fernando. *Recordar e comemorar. A raiz tanatológica dos ritos comemorativos*. *Mimesis*, Bauru, v. 23, n.2, p. 13-47, 2002.

\_\_\_\_\_. *Ainda será a História mestra da vida? Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, Edição especial, n.2, p.7-34, 2006.

\_\_\_\_\_. *O culto dos mortos como uma poética da ausência*. *ArtCultura*, Uberlândia, v.12, n.20, p. 163-182, jan.-jun. 2010.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CERUTTI, Simona. "A construção das categorias sociais". In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique (orgs). *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998. pp. 233- 242.

CESAR, Guilhermino e GUIDO, Ângelo. *Araújo Porto Alegre: Dois estudos*. Porto Alegre: Secretaria de Educação e Cultura, 1957.

CHARLES, Cristophe. *Naissance des "intellectuels"*. Paris: Les éditions de minuit, 1990.

ENDERS, Armelle. *O Plutarco brasileiro. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado*. Revista Estudos Históricos, América do Norte, 14, jul. 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2114/1253>. Acesso em: 06 Jun. 2011.

\_\_\_\_\_. *Os vultos da Nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERNANDES, Cybele Vidal Neto. *A polêmica atuação de Manoel de Araújo Porto-Alegre como Professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes*. In: Arquivos da Escola de Belas Artes. Rio de Janeiro: EBA Publicações, 2006.

FERRARI, Paula. *A história da arte de Araújo Porto-Alegre*. In: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2008/FERRARI,%20Paula%20-%20IVEHA.pdf> Acessado em 06 de Jul. 2011.

FREIRE, Laudelino. *Porto-Alegre*. Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1924. Vol. XIII.

FREUD, Sigmund. *Luto e melancolia*. In: *Obras completas*, vol. XII (1914-1916). São Paulo: Companhia das letras, 2010, p. 170-194.

GADAMER, Hans-Georg; KOSELLECK, Reinhart. *História e Hermenêutica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1997, p. 67-125.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo, SP: Perspectiva, 2004.

GALVÃO, Alfredo. *Manuel de Araújo Porto-Alegre: sua influência na academia imperial das Belas Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=RevIPHAN&pasta=REVISTA%20DO%20IPHAN%20N%20BA%2014%20ANO%201959&pesq>

GAY, Peter. *Style in history*. Norton, 1988

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GOMES JR, Guilherme S. G. Vidas de artistas: Portugal e Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências sociais*. Vol. 22, no.64. São Paulo: Junho, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092007000200003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000200003). Acesso em: 06 Jul. 2011.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. In: *Revista Estudos Históricos, América do Norte*, 1, jan. 1988. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>. Acesso em: 06 Jul. 2011.

\_\_\_\_\_. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: EDUSP, 1985.

HARTOG, François. *O tempo desorientado, tempo e História: Como escrever a História da França?* IN: *Anos 90*. v.5. n. 7. 1997.

\_\_\_\_\_. *Le XIX siècle et l'histoire: Le cas Fustel de Coulanges*. Seuil, 2001.

\_\_\_\_\_. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. *Tempo, História e a Escrita da História: a ordem do tempo*. *Revista de História*, 148 (1º - 2003), 09-34.

\_\_\_\_\_. *Évidence de l'histoire*. Paris: Gallimard, 2005.

KIRKENDALL, Andrew J. *Class Mates – Male student culture and the making of a political class in 19th century Brazil*. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAVABRE, Marie-Claire. De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives. In: C'ÉFAÏ, Daniel (dir.). *Cultures politiques*, Paris, PUF, 2001, p. 233-52.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 4.ed.

LEONZO, Nancy. O culto dos mortos no século XIX: os necrológicos. In: MARTINS, José de Souza. *A morte e os mortos na sociedade brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1983, p.76-84.

- LIMA, Tania Andrade. *De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudos de identidade e mobilidade sociais)*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Ser. V.2 p.87-150 jan./dez. 1994.
- LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto-Alegre*. Agir Editora, 1945.
- LORIGA, Sabrina. *O Pesqueno X: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- LÖWY, Michel & SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- NASCIMENTO, Márcio Luiz do. *Primeira geração romântica versus Escola do Recife: trajetórias intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife*. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, 2010.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- NICHOLAS, Siân. História e psicanálise. In: LAMBERT, Peter e SCHOFIELD, PHILIPP (org.). *História: introdução ao ensino e à prática*. Porto Alegre, Penso: 2011, p153- 161
- NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre História*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2005.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Escrever vidas, narrar a história: a biografia como problema historiográfico no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2011.
- PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo. *Memória da antiga escola de pintura fluminense*. RIHGB, t. 03, p. 547-557, 1841.
- \_\_\_\_\_. *Iconografia Brasileira*. RIHGB, t. 19, p.349-78, 1856.
- REIS, João José Reis. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994 e 1997. t. I, II e III.
- \_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. La distance temporelle et la morte em histoire. In: DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P. (dir). *Historicités*. Paris, Éditions La Découverte, 2009, p. 13-28.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RODRIGUES, Claudia. *Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.



- RÜSEN, Jörn. *Qué es la cultura histórica? Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia*. 1994. Trad. F. Sánchez Costa e IB Schumacher.
- SANTOS, Evandro dos. *Tempos da Pesquisa, Tempos da Escrita: A biografia em Francisco Adolfo de Varnhagen (1840-1873)*. Dissertação (mestrado) – Porto Alegre, 2009.
- SCHMIDT, Benito B. Biografia e regimes de historicidade. In: MÉTIS: história & cultura – v. 2, n.3, – p. 57-72. 2003
- SILVEIRA, Éder. *Tupi or not tupi: Nação e nacionalidade em José de Alencar e Oswald de Andrade*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.
- SQUEFF, Letícia. *A reforma Pedreira na Academia de Belas Artes (1854-1857) e a constituição do espaço social do artista*. In: Cad. CEDES. Vol 20, no.51. Campinas: Nov. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32622000000200008&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622000000200008&lang=pt). Acesso em: 06 de Jul. 2011.
- \_\_\_\_\_. *Quando a história (re)inventa a arte: a Escola de Pintura Fluminense*. IN: Rotunda. No01. Campinas: abril, 2003. Disponível em: <http://www.iar.unicamp.br/rotunda/rotunda01.pdf> Acesso em: 06 de Jul. 2011. (pp19-31)
- \_\_\_\_\_. *O Brasil nas letras de um pintor*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- VARGAS, Jonas M. *Entre a Paróquia e a Corte – Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.
- VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- WESTOVER, Paul. *Necromanticism. Travelling to meet the Dead, 1750-1860*. Hampshire: Pallgrave Macmillan, 2012.
- WINOCK, Michel. *As vozes da liberdade: os escritores engajados do século XIX*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- WOLF, Ferdinand. *O Brasil Literário (história da literatura brasileira)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.